

APOLÔNIA E SEU TERRITÓRIO: PAISAGEM RURAL E MUDANÇA SOCIAL NA PALESTINA DOS HASMONEUS AOS ROMANOS (100 A.C.-135 D.C.)

Carlos Roberto Galvão Sobrinho*
Maria Beatriz Borba Florenzano**

GALVÃO SOBRINHO, C.R.; FLORENZANO, M.B.B. Apolônia e seu território: paisagem rural e mudança social na Palestina dos hasmoneus aos romanos (100 a.C.-135 d.C.). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 81-122, 2002.

RESUMO: Este artigo apresenta os resultados de pesquisa realizada em julho/agosto de 2000 no sítio arqueológico de Apolônia (Israel). Trata-se aqui de oferecer ao público especializado brasileiro os caminhos e questionamentos propostos pela análise do material arqueológico disponível; análise realizada tanto comparativamente com relação ao documento material proveniente de outros sítios da costa palestina quanto em associação com os dados fornecidos pela leitura da fonte textual. A documentação primária analisada mostra que o vazio da *chora* de Apolônia entre o período hasmoneu e o início do século II d.C. deve-se muito mais à situação de Apolônia na Planície do Sharon e ao modelo escolhido de ocupação do espaço do que propriamente à destruição causada pelo impacto da conquista romana ou pelas duas revoltas judaicas de 66 e de 132 d.C.

UNITERMOS: Apolônia – Palestina romana – Paisagem rural palestina – Prospecção intensiva de superfície – Arqueologia em Israel.

1. Introdução

O presente artigo pretende apresentar os resultados de uma pesquisa realizada no sítio arqueológico de Apolônia (Israel) em associação com o *Projeto Apollonia* coordenado pelo Prof. Francisco Marshall da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nossa parte neste *Projeto* de pesquisa denominou-se ‘Paisagem rural e mudança social na Palestina romana’¹

Em uma primeira fase, o objetivo deste estudo era entender como as transformações na paisagem rural de um sítio urbano de pequeno porte, típico do Mediterrâneo em época romana, poderiam iluminar as relações entre campo e cidade nesta região e contribuir para o aprofundamento do conhecimento sobre o impacto da presença romana na evolução histórica da Palestina romana. Contudo, a análise das fontes literárias e arqueológicas levou-nos a

(*) Universidade de Wisconsin, EUA.

(**) Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

(1) Queremos agradecer aqui especialmente ao nosso colega Prof. Francisco Marshall pela oportunidade do

desenvolvimento desta pesquisa, pelos anos de convívio e pela constante e riquíssima troca de idéias. Agradecemos igualmente à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP – que viabilizou nossa ida a Israel e a participação direta nas escavações de Apolônia. Ao Prof. Israel Roll, agradecemos a acolhida generosa.

focalizar especialmente o problema da discontinuidade histórica nesta região durante o período turbulento que se seguiu à conquista e à dominação romana. A partir da análise cuidadosa das fontes disponíveis, propomos aqui uma interpretação original para o processo de assentamento do território de Apolônia durante os primeiros 150 anos de ocupação romana. A publicação deste trabalho e o formato escolhido visam, sobretudo, mostrar ao leitor brasileiro, interessado na pesquisa arqueológica e histórica sobre a Palestina Antiga, uma maneira de trabalhar com fontes diversificadas no sentido de compreender melhor processos históricos extremamente complexos. Pensamos sobretudo naqueles pesquisadores e estudantes que darão continuidade ao *Projeto Apollonia*. Entendemos esta pesquisa como um exercício de análise e interpretação das fontes arqueológicas e textuais que tratam do impacto da conquista romana no uso e organização do espaço rural na Palestina Antiga. A definição de uma problemática de pesquisa em torno do impacto da ocupação romana na paisagem rural não nos impediu de levantar o maior número possível de questões suscitadas pelas fontes e, ainda que não tenhamos encontrado respostas para a maioria delas, tentamos apresentar os encaminhamentos possíveis. Procuramos, igualmente, colocar novas questões de cunho histórico e teórico que transcendam os objetivos imediatos do projeto e os recortes locais e regionais. Lembramos aqui que essa articulação entre, de um lado, um saber produzido pela leitura e interpretação de documentos literários e epigráficos, com aquele obtido através da prospecção sistemática e intensiva de um território é, como bem observa Vallat (1991: 10), o principal desafio para o historiador ou arqueólogo preocupado com a compreensão dos processos históricos.

Tendo em vista a temática escolhida cujo foco é a paisagem rural, nossa proposta foi a de prover subsídios para um programa futuro de prospecção intensiva de superfície (*survey*) no território do sítio arqueológico de Apolônia, Israel, e dos distritos rurais circunvizinhos. Nesse sentido, examinamos, por um lado, todo o material arqueológico e bibliográfico existente a respeito da parte sul da Planície do Sharon, região onde está inserido o sítio de Apolônia e, por outro, realizamos uma leitura crítica da bibliografia arqueológica sobre Israel que pretende aplicar como metodologia a prospecção intensiva de superfície / *survey*. Este

artigo apresenta os resultados deste nosso exercício de investigação.

Considerando o potencial do uso da prospecção intensiva de superfície, seu baixo custo e a possibilidade que oferece de investigação de problemas históricos delimitados, mas que ao mesmo tempo remetem a questões de cunho teórico, o nosso objetivo foi o de abrir caminhos para a compreensão da ocupação e organização do território² de Apolônia, tentando inserir este sítio nos processos históricos que afetaram a Planície do Sharon como um todo a partir da ocupação romana.

Inicialmente levamos em conta que os trabalhos já realizados neste sítio priorizaram o núcleo urbano da Apolônia antiga. Os trabalhos do principal investigador, Israel Roll,³ embora essenciais para a reconstituição da história do sítio, não problematizam questões centrais em uma perspectiva de história social e econômica que nos parecem fundamentais para a compreensão da história do sítio e da região. Nesse sentido, o eixo orientador de nosso estudo está constituído por duas temáticas, a primeira, que trata da natureza da cidade durante os períodos helenístico-hasmoneu e romano e de suas relações com o seu território, e a segunda, que remete diretamente aos processos históricos da Palestina e do Oriente romano. Com efeito, partimos do princípio que Apolônia esteve, durante a maior parte da sua existência na Antiguidade helenística e romana, organizada segundo os moldes de uma pólis helenística, com um centro urbano e um território rural (uma *chora*). Interessou-nos apreender como as transformações na paisagem rural de um sítio urbano de pequeno porte, típico do Mediterrâneo em época romana,⁴ poderia iluminar não só as relações entre campo e cidade, mas também contribuir para o aprofundamento do conhecimento da evolução histórica da região durante o período romano.

Em suas várias fases, nossa pesquisa procurou dar conta de certos temas relevantes da história da Palestina e do Oriente helenístico e romano,

(2) Entenda-se como território o conjunto formado por campo e cidade.

(3) Vide a bibliografia. O texto mais recente e completo sobre Apolônia e a história das escavações está em Roll e Tal (1999: 1-26).

(4) A importância de se estudar estes pequenos centros urbanos já foi ressaltada entre outros por R. Hodges. Ver o seu estudo recente sobre o Épiro, Hodges *et al.* (1997: 207-234).

refletindo especialmente sobre a transformação da sociedade em momentos de mudança política e social em larga escala.

Por ser este um sítio que vem sendo pesquisado por uma equipe de brasileiros desde 1998, Apolônia, oferece-nos uma oportunidade única de aplicação de uma metodologia diferente e de reflexão sobre os processos de transformação e/ou adaptação social promovidos pelas conquistas romanas no Oriente Médio. A análise do espaço e da paisagem rural tem se mostrado especialmente fértil em outras regiões do Mediterrâneo, permitindo não só a escrita de uma história do campo e dos seus habitantes relativa a maior fração da população (Snodgrass 1987: 68), mas também jogando luz sobre questões e temas antes nebulosos ou pouco entendidos como demografia, assentamento e ocupação do campo, regime de propriedade da terra, movimentos migratórios, sistemas de cultivo agrícola, habitat rural, história da técnica, etc.⁵ Na realidade, o estudo da paisagem rural nos abre uma janela não só sobre questões de economia agrária, mas sobre aspectos sociais e políticos do mundo romano (Lloyd 1991: 233).

Inspirados pelos trabalhos de síntese sobre o impacto regional do imperialismo romano (Alcock 1993: 1997), procuramos entender quais os deslocamentos sociais e econômicos desencadeados pela transformação política da região e do Império como um todo (Millar 1993: 29-111). Embora o âmbito do nosso estudo seja muito mais restrito - trata-se de uma comunidade, não de uma província -, é preciso lembrar que até o momento não há estudos com esse enfoque político para a Palestina romana. A reorganização romana da Palestina e da Síria após a conquista por Pompeu foi acompanhada de sangrentas guerras internas, opressão fiscal, deslocamento social, migração de camponeses e de uma instabilidade política, que se estenderam até as primeiras décadas do século I d.C.. Ao longo do século I d.C., a opressão fiscal e os conflitos entre judeus e judeus e romanos culminaram na revolta de 66 (Goodman 1990; Schwartz 2001). Em 131/2, a rebelião de Bar-Kochba levou à destruição de Jerusalém e, se Dião

estiver correto, ao massacre de grande parte da população judaica. Entretanto, os dados arqueológicos provenientes, sobretudo, da região rural da Palestina sugerem, ao mesmo tempo e em uma aparente contradição, uma prosperidade econômica crescente. Qual a evolução histórica de uma cidade de pequeno porte como Apolônia em época romana? A questão se complica pelo fato de Apolônia ter sido, na sua origem, uma fundação fenícia, supostamente helenizada, mas também com uma história de ocupação judaica no período hasmoneu. Qual a importância do fator cultural na evolução deste sítio?⁶

Uma vez definida a problemática de pesquisa, tentamos de início apreender qual o estado da questão em relação à prospecção intensiva de superfície (*survey*) e ao estudo da mudança social na Palestina romana.

Prospecção de superfície em Israel

Em um levantamento bibliográfico nos principais periódicos que registram as atividades arqueológicas em Israel, chama atenção a quantidade de títulos que registram o termo *survey*. A leitura dos respectivos textos, no entanto, mostrou que nem todos os autores entendem *survey* da mesma forma. Nesta bibliografia, na verdade, o termo *survey* é, na maioria das vezes, empregado em sua acepção geral de 'levantamento', ou seja, de registro de vestígios arqueológicos em uma área mais ampliada. Assim, os viajantes do século XVIII e XIX realizaram *surveys* do litoral palestino, das montanhas do Negev, ou da Samaria (Fig. 1). O mapeamento ou o simples registro de ruínas feito por arqueólogos e os achados ocasionais e fortuitos em áreas maiores como a Judéia, os montes Carmelo, a Galiléia, o Golan e assim por diante são também denominados *surveys*. Uma simples leitura de muitos dos verbetes da *New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land* (Stern 1993 – a partir de agora *NEAEHL*) mostra bem a disparidade da compreensão que se tem deste termo. Em alguns verbetes encontramos 'surveys' de áreas inteiras, tratadas em seu

(5) Sobre as possibilidades de pesquisa, ver, especialmente, Snodgrass (1987) e Bintliff (1994). Sobre a ocupação do campo e uma tentativa de se inferir relações sociais, ver Jameson (1987), com bibliografia.

(6) Remetemos o leitor ao nosso *Relatório de Pesquisa 2000-2001* disponível na Biblioteca do MAE/USP para maiores detalhes sobre o desenvolvimento desta investigação.

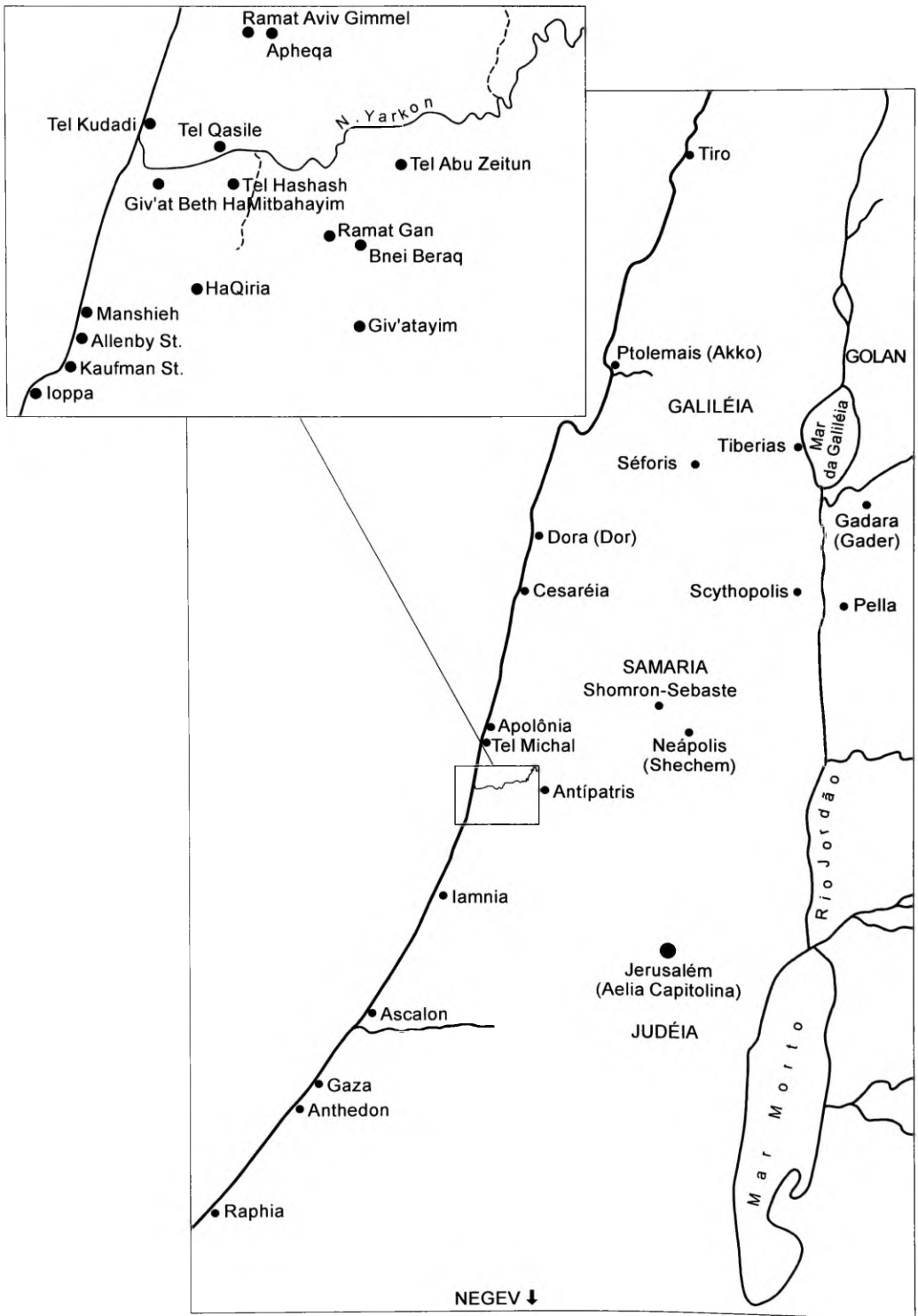


Fig. 1 – Principais localidades da ‘Palestina’ helenística e romana com destaque para o vale do Rio Yarkon.

conjunto, desde os tempos pré-históricos até a época de ocupação muçulmana, enquanto em outros, são apresentados *surveys* de sítios de uma área por meio da descrição individual e isolada de um a um (*Judean Caves*, por exemplo, *NEAEHL* 3: 816-837). Ainda que a descrição detalhada de artefatos e estruturas em seu contexto imediato de produção seja uma etapa importante e indispensável do trabalho do arqueólogo, e mesmo uma maneira válida de trabalhar o documento material, a abordagem de determinados tipos de problemas como a questão das transformações das sociedades passadas - ponto central de nossa pesquisa - depende necessariamente de uma metodologia adequada.

A metodologia rigorosa proposta - na Arqueologia clássica - inicialmente pelos arqueólogos britânicos (Barker e Lloyd 1991) e desenvolvida a partir dos anos oitenta com objetivos precisos de construção de um conhecimento sobre aspectos específicos das sociedades, pode ser encontrada em bem poucas publicações que tratam das sociedades antigas em Israel, mesmo naquelas que apregoam uma 'Arqueologia regional' Tome-se como exemplo uma obra importante (e recente) como a de Levy (1995): esta deixa muito a desejar com relação à proposta inicial apresentada logo no capítulo introdutório intitulado *Social Change and the Archaeology of the Holy Land* (pp. 2-8). Neste capítulo, Levy e Holl lidam, do ponto de vista teórico, com toda a metodologia e o alcance do *survey* como instrumento da História de longa duração procurando mostrar a potencialidade do levantamento sistemático de superfície no Mediterrâneo para o tratamento dos vários aspectos da mudança social no tempo. No entanto, os demais capítulos distanciam-se desta proposta inicial, apresentando um registro generalizado dos achados arqueológicos de Israel. Este volume é no fundo uma excelente História descritiva de Israel, em que vestígios arqueológicos e documentos textuais aparecem articulados de sorte a prover o leitor com a mais ampla visão do desenvolvimento da ocupação humana nesta região do Mediterrâneo. Por importante que seja ao apresentar um relato articulado e compreensivo dos vários períodos da história de Israel, a problemática da mudança social em si não é aprofundada com o rigor necessário e nem as potencialidades da prospecção intensiva de superfície são exploradas no sentido de delinear os nuances que o *survey* pode dar a questões

importantes para o conhecimento da organização social. Questões como a definição do tamanho das propriedades por meio dos vestígios materiais, a distribuição de instalações especializadas para o processamento dos produtos agrícolas (prensas de vinho e óleo, silos), a prática agrícola nos campos como a adubagem (que no fundo define a extensão de terra usada para o plantio) ou ainda a distribuição dos enterramentos em relação aos locais de moradia, a definição de centros urbanos e de centros menores e as suas respectivas dimensões, as formas de relações destes centros com o entorno que eventualmente o sustenta, não são, infelizmente, questões abordadas de maneira sistemática neste volume, nem mesmo no item *settlement pattern*.

Por outro lado, devemos reconhecer que encontramos em nosso levantamento, alguns trabalhos - artigos principalmente - que merecem destaque por trazer à luz dados inéditos a respeito da ocupação e do uso de alguns territórios. Um deles é o de S. Dar realizado nas montanhas da Samaria (1986). Trabalhando com uma amostragem rigorosamente definida e obtida por meio de caminhadas intensivas em toda a área escolhida, o autor plotou no mapa todos os vestígios arqueológicos encontrados, independentemente de suas dimensões ou de sua fragmentação. Suas conclusões, por exemplo, a respeito do tamanho da propriedade da terra e da organização do trabalho agrícola são fundamentais para a compreensão das mudanças sociais ocorridas nesta região entre a época de ocupação persa e o período romano. Assim, a distribuição dos vestígios materiais de fazendas e a definição das áreas de cultivo por meio da análise da dispersão de fragmentos de cerâmica, na Samaria, desde a idade do Ferro até o período que antecede a conquista da região por Alexandre, o Grande, apontam para uma organização social em que a célula básica é a da família estendida, o clã (*beth-av*). Por outro lado, o aparecimento e grande difusão, a partir do século III a.C., de torres de pedra posicionadas pelos campos em espaços relativamente regulares (vestígios de aproximadamente 1500 torres foram registrados!) e associadas a instalações de processamento de produtos agrícolas (principalmente prensas de óleo e de vinho) e a residências, pressupõem a existência de um agente organizador único e uma re-organização do campo em torno de famílias nucleares (e não mais o *beth-av*). A partir

da época herodiana e do estabelecimento da província da Judéia e durante todo o século I d.C. as torres começam a escassear. Os vestígios arqueológicos encontrados neste levantamento indicam propriedades agrícolas maiores do que as anteriores definidas pelo posicionamento das torres. De acordo com Applebaum, em seu comentário histórico à obra de Dar, pode ser um fenômeno vinculado ao confisco de terras promovido por Herodes e mais tarde pelos romanos. Esta reestruturação da propriedade encontra reflexos – ainda segundo este autor – também no Mishnah que menciona “a fazenda que pertence a um homem e passa a pertencer a vários e a fazenda que pertence a vários e passa a pertencer a um só” (Applebaum 1986: 263).

Um outro exemplo de aplicação meticulosa dos métodos da prospecção intensiva espacial de superfície em Israel que merece ser aqui citado é a pesquisa realizada por Gibson no entorno da cidade de Dora, na fronteira norte, entre a Planície do Sharon e os montes Carmelo (Gibson et al. 1999). Seu objetivo, neste projeto, era justamente definir a área de influência (ou dependência) de Dora, cidade litorânea, sobre o interior imediato, procurando definir o padrão geral de ocupação nas cadeias de *kurkar*,⁷ paralelas à costa. Para tanto, escolheu uma área de 8km² ao redor de Tel-Dora, mapeou-a, dividindo-a em cinco zonas onde foram selecionadas seções para amostragem que por sua vez foram caminhadas a distâncias regulares de 3m durante seis semanas, de acordo com a metodologia preconizada pela moderna arqueologia da paisagem (Barker e Lloyd 1991). Ainda que esta mesma metodologia tenha sido aplicada com bastante sucesso pelo mesmo Gibson e colegas em outras áreas de Israel (Golan 1978-88; Jerusalém 1985 e Judéia 1991) escolhemos este exemplo, pois, até certo ponto, Dora em muito se assemelha a Apolônia já que também é uma cidade litorânea em uma região de *kurkar* e de difícil acesso ao interior. A análise geomorfológica e os estudos de palinologia da área selecionada, a coleta sistemática de material arqueológico por amostragens rigorosamente definidas, a identificação dos adensamentos de material, o registro meticuloso das áreas de

simples dispersão de fragmentos cerâmicos, o tratamento estatístico dos achados; todos estes procedimentos de pesquisa apresentados e descritos na publicação dos resultados (Gibson et al. 1999) falam por si só ao se procurar as conclusões sobre as transformações dos assentamentos humanos nesta região. Assim, ficamos sabendo: quais foram os períodos de ocupação mais intensiva da área e que até o final do século III a.C. Dora era um centro muito mais voltado para o mar; ficamos sabendo também como esta porção de terra foi organizada a partir dessa época em pequenos lotes (propriedades?) com fins agrícolas e com apenas locais de parada e sem residência fixa no campo; que em época bizantina a produção do vinho devia suprir uma demanda de exportação e que provavelmente havia grandes e pequenos produtores; que a produção do óleo em todos os períodos foi destinada apenas ao uso local; que havia diferenciação na distribuição espacial entre os sepultamentos dos mais abastados e dos menos abastados em época romana e bizantina, e assim por diante.

Nosso exame do material bibliográfico disponível sobre o desenvolvimento da metodologia do *survey* em Israel leva-nos a concluir que, ainda que projetos de Arqueologia regional tenham se tornado uma prática relativamente comum em Israel, a partir da década de 1980, o foco principal desses projetos está ainda restrito à investigação a respeito de antigos assentamentos considerados em sua individualidade e em ambientes geográficos restritos. Poucas são as investigações – como as que vimos acima coordenadas por Dar e por Gibson – que partem de propostas precisas e que se apóiam em metodologias que possam atender às especificidades dos objetivos propostos. Como resultado, informação inadequada é oferecida a respeito das práticas agrícolas e a respeito de tantas características das paisagens rurais impedindo conclusões importantes a respeito da organização social de um grupo e da mudança social. As pesquisas de *survey* conduzidas na região de Apolônia, não fogem a essa situação geral, como tentaremos demonstrar a seguir.

2. A ocupação do território de Apolônia e as pesquisas arqueológicas

Apolônia está situada na costa central de Israel em uma região conhecida pelo nome de Planície do

(7) O *kurkar* é uma rocha muito porosa formada a partir da petrificação da areia cujo nome científico é arenito de quartzo carbonatado.

Sharon, na atual municipalidade de Herzliyya. De acordo com a documentação textual antiga (Rainey 1989: 10-11) o Sharon é uma região que se estende entre a cidade de Dora ao norte e Ioppa

ao sul e limita a leste com os montes Carmelo e com as montanhas da Samaria (Figs. 1 e 2). Cidades antigas importantes estão localizadas nessa região: afora a própria Apolônia, no litoral estão as já

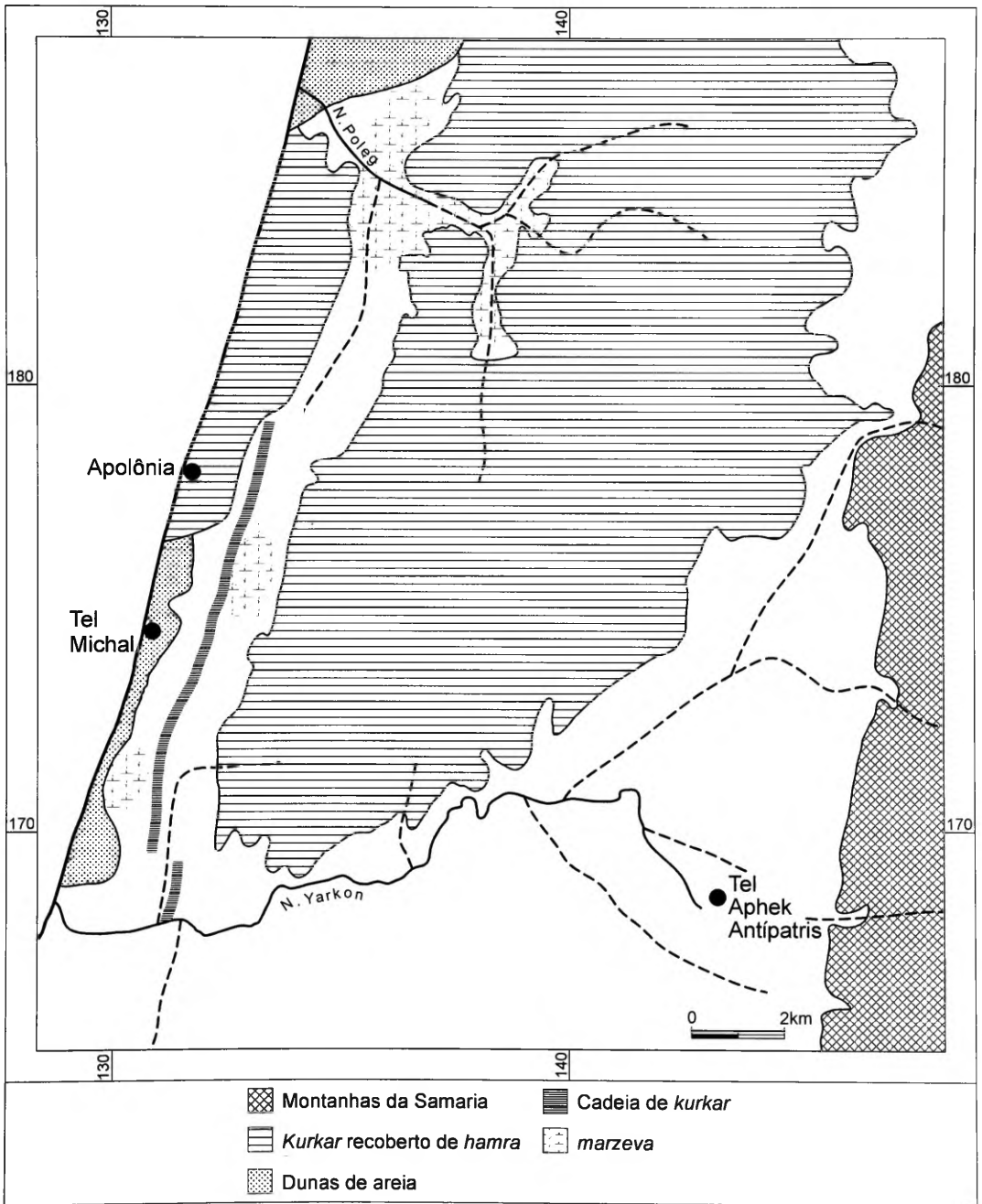


Fig. 2 – Topografia do sul da Planície do Sharon (adaptado de Gophna e Ayalon, 1989: 24).

mencionadas Dora e Ioppa além de Cesaréia e de Tel Michal; no interior deve-se mencionar Antípatri, na rota – existente mesmo antes do estabelecimento de uma via romana – que unia o norte do Egito à Síria e à Mesopotâmia.

Apesar de hoje a Planície do Sharon ser reconhecida como uma região relativamente homogênea, os autores modernos ressaltam que na Antigüidade, tanto Apolônia quanto Tel Michal estavam posicionadas em um ‘nicho geográfico’ que tinha por limite norte o Rio Poleg e por limite sul o Rio Yarkon. É esta área que, no fundo, poderia ser considerada como o entorno ou o território das duas cidades (que distam apenas 3 km uma de outra); área que, poderíamos supor, estivesse sob influência dessas cidades ou de onde proviesse sua subsistência.

A característica topográfica mais marcante desta região está constituída por três cadeias de *kurkar* alinhadas no eixo norte-sul e de forma paralela à linha da costa. Entre as três cadeias de *kurkar* e, além da terceira cadeia até chegar ao sopé das montanhas da Samaria, estendiam-se, na Antigüidade, três *marzevas* (depressões) de sedimentos férteis. Esta longa linha de cadeias de *kurkar* bloqueava o escoamento efetivo das águas de muitos rios, riachos e *wadis*, criando – especialmente na *marzeva* entre a segunda e a terceira cadeia de *kurkar* – inúmeras pântanos. Estes, juntamente com a floresta de carvalho⁸ que crescia sobre a densa camada de areia vermelha – *hamra* – que se estendia por toda a terceira cadeia de *kurkar* tornava bastante difícil a ocupação humana do lado oeste da Planície do Sharon.

Na verdade, por toda a Idade do Bronze, a maioria dos assentamentos humanos da Planície do Sharon situava-se ao lado oeste das montanhas da Samaria, não ultrapassando as cadeias de *kurkar*, nem chegando à costa nessa direção. O acesso ao litoral, se dava mais ao sul da Planície, na altura da bacia do Rio Yarkon que juntamente com o Rio Ayalon e com o *Wadi Qana* formava um corredor natural entre o Mediterrâneo e o interior. O rico solo aluvial e as inúmeras fontes de água do leste do Sharon, somadas à altitude que tornava o clima

mais saudável levaram ao estabelecimento ali de uma série de localidades importantes, fazendo da fronteira leste do Sharon um elo fundamental no entroncamento das rotas que ligavam o Egito com o norte da Síria e com a Mesopotâmia. Não é por acaso que Tel Aphek (em época romana, Antípatri) situava-se justamente na área da nascente do R. Yarkon.

De acordo com a bibliografia consultada, por estes motivos tanto Apolônia, quanto Tel Michal, foram assentamentos em uma área de acesso complicado ao interior, daí seu destino (pelo menos por boa parte da Antigüidade) em viverem voltadas para o mar, muitas vezes sob influência direta de fenícios ou de persas (Rainey 1989: 10). Esta seria a posição também com relação a Dora que, como vimos acima, situa-se na fronteira norte do Sharon, e que portanto teria vivido por boa parte da Antigüidade, desligada do seu entorno. Tentaremos mostrar mais abaixo, como estas afirmações merecem ser nuançadas.

Como é bem sabido, durante toda a época moderna e contemporânea, a região onde hoje se encontra Israel foi muito visitada e por isso os vestígios arqueológicos, as ruínas, chamaram sempre a atenção. Soldados, viajantes, religiosos, autoridades, em momentos diferentes registraram por meio de relatos ou desenhos as paisagens e as ruínas da ‘Terra Santa’. Datam, porém, do século XIX os registros um pouco mais intencionais e sistemáticos. A respeito do Sharon, especificamente, deve-se mencionar em especial a obra de Clermont-Ganneau e a de Guérin (ambas do último quartel do século XIX) e as menções que alguns dos sítios receberam no *Survey of Western Palestine* organizado por C. R. Conder e H.H. Kitchener e publicado pelo *Committee of the Palestine Exploration Fund* em três volumes (1881-1883) (Roll e Tal 1999: 18-25). A partir do nascimento da Arqueologia como disciplina científica em finais do século XIX e durante todo o século XX, enquanto Israel esteve sob o Protetorado Britânico e depois da fundação do Estado de Israel, os sítios arqueológicos mais visíveis do Sharon foram regularmente escavados. Atualmente, toda intervenção arqueológica depende de autorização da *Israel Antiquities Authority*, entidade que tanto promove as escavações com a sua própria equipe, quanto autoriza a escavação por outras instituições ou universidades. Até um certo ponto, podemos dizer que esta instituição imprime

(8) Uma das hipóteses bem aceitas a respeito da proveniência do nome Sharon é justamente o ‘saronis’ ‘carvalho velho e oco’ em grego, que aparece em Plínio, o Velho (*HN*, IV, 18; cf. Rainey 1989: 10).

uma feição às pesquisas arqueológicas desenvolvidas em Israel: o levantamento arqueológico (ou *survey*) proposto pela série dos ‘Mapas’ das várias regiões de Israel, como o *Map of Herzliyya* (Gophna e Ayalon 1998), texto básico em nosso estudo, foi uma iniciativa própria das equipes desta entidade.

De acordo com o nosso levantamento geral na bibliografia disponível e nos relatos de escavação, a pesquisa arqueológica realizada nas últimas décadas na Planície do Sharon focalizou principalmente os grandes sítios. Como ocorre tradicionalmente na Arqueologia clássica (e na Arqueologia de tantas outras regiões fora do Mediterrâneo) o primeiro chamariz para a pesquisa são as grandes ruínas que se destacam na superfície de uma paisagem. Assim, a cidade romano-bizantina e o forte medieval cruzado em Cesaréia, o tel com suas ruínas de época persa e helenística em Dora; em Tel Michal, o forte de época helenística e romana; em Antípatrias as grandes construções romano-bizantinas e em Apolônia o castelo medieval de época cruzada foram escavados mais intensivamente com o objetivo de oferecer explicações para o que tão visivelmente se apresenta na superfície.

A partir dos anos oitenta e, sobretudo, noventa, nota-se – como no resto da arqueologia israelense – alguns grupos tentando ampliar as áreas de pesquisa e realizando um esforço em compreender os grandes sítios em sua articulação com as áreas circunvizinhas. Algumas investigações, como aquelas já mencionadas acima, desenvolvidas por Gibson no entorno de Dora, alguns *surveys* na área circunvizinha de Cesaréia (Everman 1992 e Roller 1981) e o *survey* realizado pelas equipes conjuntas da Universidade de Tel Aviv e da *Israel Antiquities Authority* na área interna de Apolônia e de Tel Michal, no sul da Planície do Sharon, são trabalhos que merecem atenção. Esta última pesquisa que reuniu todos os dados arqueológicos disponíveis até o final da década de 1970 a respeito do sul do Sharon é, de fato, a que mais nos interessa.

Este *survey* foi conduzido entre os anos 1977-1979, abrangendo toda a área que se estende entre os Rios Poleg ao norte e Yarkon ao sul, com o objetivo de preparar um mapa arqueológico da municipalidade de Herzliyya. Mapa este que, em 1998, foi publicado na Série “Archaeological Survey of Israel” sob o patrocínio da *Israel Antiquities Authority*. A equipe montada no

Instituto de Arqueologia da Universidade de Tel Aviv contou – entre outros – com a participação de três arqueólogos que mais tarde foram os responsáveis pela maior parte das publicações dos resultados: R. Gophna, E. Ayalon e I. Roll (atual coordenador-chefe das escavações sistemáticas no sítio de Apolônia). Neste *survey*, todos os períodos de ocupação do Sharon receberam atenção: da época pré-histórica ao período mameluco e otomano. Além da publicação do mapa, vários artigos preliminares foram publicados, boa parte dos quais referente aos períodos pré-históricos, principalmente da Idade do Bronze.

O Mapa de Herzliyya é hoje um instrumento de trabalho fundamental e indispensável para o pesquisador interessado na arqueologia regional da Planície do Sharon. Registra 99 ‘sítios’, dos quais alguns simples acampamentos, três *tels* com estratigrafia, aldeias, ‘instalações’, e enterramentos em cavernas (Gophna e Ayalon 1998:9). Além do registro, oferece-se uma descrição sintética de cada sítio e, quando há, uma ou mais referências bibliográficas.

Do ponto de vista metodológico, no entanto, esta publicação deixa muito a desejar. Em nenhum momento, por exemplo, fica-se sabendo como foi feito o levantamento dos vestígios; ora há indicações de antigas descrições de achados que devem ter orientado a equipe na identificação e descrição de sítios; ora parece que a equipe procurou resgatar os dados de terrenos que estavam prestes a receber construções modernas, realizando uma prospecção de salvamento. Há, enfim, uma dificuldade em compreender na publicação quais os critérios empregados pelos pesquisadores na construção de sua amostragem. Em nenhum momento, por exemplo, indica-se se a região foi toda caminhada, quais setores da região foram caminhados; qual a regularidade da caminhada. Por outro lado, a definição de sítio é extremamente fluída nesta publicação confundindo, por vezes, os dados: tanto a área nuclear da cidade de Apolônia, por exemplo, é definida como um sítio (no. 11) quanto uma única sepultura nas proximidades de Apolônia também (por ex. no. 20). Outro exemplo que reflete a falta de uma metodologia precisa, ou talvez de explicitação da metodologia empregada, é o dos sítios no. 18 ao 23 e 31 a 33: todos têm o mesmo nome (Kefar Shemaryahu) e são todos enterramentos, nas proximidades de Apolônia. Fica-se sem compreender porque são sítios

diferentes. Não se compreende exatamente, o que são sítios considerados como aldeias; qual a diferença entre uma aldeia e um acampamento, ou ainda o que são os sítios classificados como 'instalações'. A região aparece assim compartimentada irregularmente, de acordo com critérios desiguais e desconhecidos mesmo, embaçando as formas de ocupação do território - dificultando, muitas vezes, a interpretação e análise dos dados.

Ainda assim, é preciso reconhecer que o Mapa de Herzliyya representa um esforço de compreender a região no seu conjunto. As informações arqueológicas ali apresentadas, somadas aos dados discutidos em relatos de escavação, nas descrições de sítios da *NEAEHL* e em alguns textos mais interpretativos (em especial Roll e Ayalon 1988, 1989 e 1990 e Gophna e Ayalon 1989) são o único material disponível para a elaboração de uma síntese dos principais momentos da ocupação do sul do Sharon. Apresentamos a seguir a síntese que foi construída pelos arqueólogos israelenses a partir dessa documentação. Veremos como o modelo que elaboram para a ocupação do território do sul da Planície do Sharon é progressivo e linear o que a nosso ver deveria ser nuançado a partir de um estudo mais abrangente e da recuperação mais sistemática de informações arqueológicas.

De acordo com este conjunto de informações assume-se que as duas cidades litorâneas do sul do Sharon - Tel Michal e Apolônia - estiveram muito mais voltadas para o mar do que para a área interna circunvizinha até o final da época de ocupação persa.⁹ Tel Michal, inclusive apresenta estruturas administrativas, como armazéns e a bem escavada fortaleza (Herzog *et al.* 1989: 10 e ss.), mas, assim como Apolônia, e até onde foram as pesquisas de prospecção arqueológica, não apresenta ocupações agrícolas interioranas. Note-se que ao pé das montanhas da Samaria, na *marzeva* central da Planície, há ocupações esparsas, mas que – pelos dados atuais – não mantêm comunicação com o litoral. Como mencio-

namos acima, a não comunicação com o interior – na interpretação destes autores – ocorria por uma dificuldade da topografia regional e, sem dúvida, porque não havia uma necessidade maior. A ocupação do território interno, com exploração agrícola, teria começado somente ao final do período persa e é atestada pela fundação de localidades como Jelil (ou Gelilot) e o sítio 13/7 nas imediações de Tel Michal (Gophna e Ayalon 1989: 23). No período de ocupação persa, no sul do Sharon, o modelo de assentamento estaria fundamentado em um pólo principal, uma cidade maior, acompanhado de aldeias 'filhas'. Foram atribuídos a este período dois destes pólos: Tel Poleg, no norte, em uma área de muito pântano, centro urbano acompanhado por quatro aldeioas; Tel Aphek (mais tarde Antípatrias) também com várias pequenas ocupações agrícolas nas imediações (Roll e Ayalon 1988: 38-43). A principal via de acesso ao interior ocorria pela desembocadura do Rio Yarkon, controlada pela cidade de Tel Qasile que também não possui assentamentos agrícolas a ela associados neste momento (*idem*).

A partir da conquista da Palestina por Alexandre, o Grande, os pesquisadores notaram uma diminuição de vestígios arqueológicos em Tel Michal e um crescimento de Apolônia, como se os dois centros urbanos estivessem em uma alternância de destaque na região (Gophna e Ayalon 1989: 23). Uma oficina de fabricação de púrpura que parecia ser de época helenística foi registrada em Apolônia levando os pesquisadores a acreditarem em um certo desenvolvimento 'industrial' neste período. Entretanto, depois de estudos específicos relativos às conchas achadas, esta oficina foi atribuída ao período persa (Karmon 1999: 278). Os dados sobre pequenos assentamentos nas imediações de Apolônia: em Shefayim, ao norte, uma aldeia na costa e outra pequenina à margem da *marzeva* oeste e outra aldeia (há apenas vestígios cerâmicos de época helenística) em Bir el' Ababsheh,¹⁰ a leste de Apolônia, na margem da *marzeva* central (Gophna e Ayalon 1989: 23), no entanto se

(9) Ocupamo-nos aqui, principalmente, dos períodos relativos à época de ocupação persa em diante. O Mapa de Herzliyya e as demais publicações ocupam-se também da idade do bronze, do período calcolítico, que não nos interessam diretamente no momento. Para todas as localidades, olhar a Fig. 3.

(10) Os dados são aqui contraditórios, pois nesta localidade, o Mapa de Herzliyya registra um único fragmento de cerâmica de época helenística enquanto o assentamento mais denso é de época romana e bizantina (sítio 7). Entretanto, Gophna e Ayalon (1989: 23) mencionam o assentamento já em época helenística, o que Tal assume como certo (1999: 253).

mantém, apontando para uma expansão da área nuclear de Apolônia. Segundo os autores, estes dados seriam suficientes para confirmar a consolidação do modelo locacional de assentamento que perdurará até a época romana, em que um centro urbanizado é rodeado por outras pequenas aldeias 'filhas' (Roll e Ayalon 1988: 38-43)¹¹. Apesar da existência destes assentamentos, não foi identificada ainda uma comunicação maior com o leste.

O início da ocupação romana da Palestina, principalmente o período que se estende de 63 a.C. ao final da Primeira Revolta em torno de 70 a.C., é uma época sobre a qual, segundo a maioria dos relatos de escavação estudados, há escassos vestígios materiais. De toda a forma, observa-se o abandono de Tel Poleg (Gophna e Ayalon 1989) e a destruição da fortaleza romana em Tel Michal, centro urbano que sofrerá, a partir deste momento, um abandono completo por cerca de setecentos anos (Herzog 1993: 1040).

A pesar desta lacuna no tocante aos vestígios materiais, Apolônia aparece nas fontes textuais, inclusive entre as cidades 'restauradas' por Gabínio proconsul da Síria entre 55 e 57 d.C. (Josefo *BJI*, 8, 4 e *AJ XIV*, 5,3; cf. também Roll e Tal 1999: 6-7). Neste contexto, devemos lembrar, ainda, que Herodes fundou Cesaréia, em 10 a.C., no norte da Planície do Sharon (34 km na costa ao norte de Apolônia) e Antípatriis, em 9 a.C., no local de Tel Aphek (15 km ao sudeste de Apolônia) no sul da Planície. A escolha do local de Cesaréia por Herodes foi estratégica, pois nesta região as cadeias de *kurkar* são de altura bastante moderada fazendo da cidade um porto, mas de acesso muito fácil em direção ao interior. Com efeito, o estudo das muralhas de Cesaréia mostra os portões de onde irradiavam as várias estradas: em direção a Dora, ao norte, em direção a Apolônia ao sul e em direção a Scythopolis, Neápolis e Antípatriis a leste (Roller 1981-82: 94). A fundação de Antípatriis seguiu o mesmo critério. Posicionada, como já

(11) Na verdade, este parece ser um modelo de assentamento caro aos arqueólogos israelenses. Tal (1999: 253), por ex., reconhece a dificuldade em comprovar este modelo de assentamento em Apolônia tendo em vista a escassez de informações. Entretanto, mantém a proposta deste modelo como uma hipótese válida de trabalho em Apolônia, já que no vale do Yarkon, para onde há um pouco mais de dados, este modelo ainda que não comprovado é também plausível (1999: 254-5)! Caminha-se em círculos.

mencionamos no entroncamento de rotas que vinham de Gaza e do norte da África, Antípatriis servia de ponto de referência para a entrada em direção ao vale do Jordão e era, a essa época, centro de gravitação do sul do Sharon (Roll 1983:145 e Kochavi 1993: 70-71). Mais tarde, no século II d.C. os romanos vão pavimentar, com finalidades militares e administrativas, tanto a rota litorânea norte-sul quanto a rota que passava por Antípatriis (Roll 1983: 148-149). Apesar deste fato, os pesquisadores constatam justamente a partir do século II d.C. uma decadência em todos os sítios da bacia do Yarkon, atribuída aos eventos associados à Grande Revolta. Ioppa e Antípatriis teriam sido destruídas enquanto Apolônia parece crescer, assumindo, de acordo com estes pesquisadores, uma posição de liderança no sul da Planície do Sharon (Roll e Ayalon 1989).¹²

Data do século II d.C. o primeiro assentamento – Tabsor – na região de *hamra*, na terceira cadeia de *kurkar*, o que indicaria um início de desmatamento da floresta de carvalho (Gophna e Ayalon 1998: 26-27 e Roll e Ayalon 1981). Gophna e Ayalon (1989:23) mencionam a fundação de inúmeras aldeias e fazendolas na *hamra* e ao longo de toda a costa sul do Sharon durante o século II d.C., em especial sobre as cadeias de *kurkar* (não especificam quais, no entanto). Destas fundações a mais antiga seria Herzliyya B. Da mesma forma, muitos dos numerosos enterramentos registrados ou escavados nas redondezas de Apolônia, na segunda e na terceira cadeias de *kurkar*, devem ser datados de a partir desta época (Tal 1995).

Segundo esta interpretação corrente na bibliografia consultada, portanto, o processo de ocupação do território que se estendia entre Apolônia e as montanhas da Samaria, conhece um momento importante no século II d.C., momento a partir do qual este processo de ocupação há de se intensificar cada vez mais. A este desenvolvimento está associado o estabelecimento de algumas estradas transversais/ secundárias romanas que uniam a Samaria a Apolônia: da estrada que percorria o trajeto entre Shechem e Ioppa saía uma

(12) Não resistimos ao comentário crítico que diz respeito à extrema escassez de dados que possam autorizar essa interpretação a respeito da liderança de Apolônia neste período.

estrada secundária que ia a Apolônia via Kefar Saba; de Sebaste e de Antípatris também saíam rotas secundárias que tinham como ponto final Apolônia (Gophna e Ayalon 1989: 25). Quando tratamos das estradas, no entanto, é preciso lembrar que a única estrada romana maior que passava por Apolônia era a rota que vinha de Antioquia e que passando por Tiro e Cesaréia prosseguia, via Apolônia, Ioppa, Ascalon, Gaza até Alexandria (Roll 1983). Outras estradas internacionais, como a que ia/vinha do Egito, desviavam de Apolônia para seguir via Antípatris para o norte da Síria, como já mencionamos acima.

Nas sínteses apresentadas por estes autores todos, percebe-se, principalmente quando tratam da época que começa a partir da Revolta de Bar-Kochba na segunda metade do século II d.C., uma generalização muito grande, sobretudo em termos cronológicos. Sente-se como uma dificuldade em operar uma síntese que respeite as especificidades de cada século, de cada época, talvez devido à dificuldade em datar boa parte dos vestígios arqueológicos ou talvez da própria escassez de vestígios arqueológicos recolhidos com sistematicidade e método. Exemplo típico desta postura generalizante encontramos em Gophna e Ayalon no texto que trata justamente da história da ocupação no território de Tel Michal: “O processo de assentamento ganhou um novo ímpeto durante o Período romano intermediário (séc. II d.C.) quando os primeiros assentamentos agrícolas foram fundados nas colinas da *hamra* e atingiu o seu auge nos sécs. VI a VIII d.C. De maior importância foi o estabelecimento de aldeias e fazendas ao longo da costa sul do Sharon, especialmente nas linhas de *kurkar* onde muitos enterramentos em cavernas de época romana e bizantina, foram descobertos”(1989:23).

Na verdade, os pesquisadores partem de um dado final de ocupação do território em época bizantina para voltar no tempo e esboçar um processo de ocupação linear, progressiva e inabalável de toda essa região. Expressão mais cabal desta postura encontra-se no texto de Roll e Ayalon, de 1988. Aqui, os autores expõem como a ocupação do Sharon em época persa seguia o mesmo modelo bíblico de uma cidade rodeada por suas ‘filhas’. De acordo com este texto, data do período persa o início da expansão demográfica para o interior e data da época bizantina o apogeu deste processo (portanto aproximadamente 1000

anos depois). Assim, basta analisar as duas épocas, que saberemos o caminho que a ocupação do território da Planície do Sharon percorreu! Se, com efeito, podemos datar de época bizantina vários elementos que permitem pensar em uma ocupação mais abrangente nos séculos VI e VII d.C., como a drenagem da *marzeva* central que é datada com acuidade à época bizantina (tanto o canal descoberto em Tel Poleg quanto o túnel escavado em Herzliya B estão nitidamente associados a material de período bizantino; cf. Gophna e Ayalon 1998: 29*) ou como os dados relativos à presença de carvalho entre os vestígios arqueológicos que demonstram que a floresta na *hamra* foi abatida em época bizantina (Gophna e Ayalon 1989: 25), isto não significa, necessariamente, que este processo foi um processo contínuo e uniforme durante dez séculos.

3. Sistematizando os dados arqueológicos provenientes de Apolônia e de seu território

Nesta etapa de nossa investigação procuramos reunir o máximo de documentos materiais e textuais sobre Apolônia e a Planície do Sharon como um todo, e proceder a uma leitura modificada deste material, procurando abrir novas perspectivas de pesquisa. Assim, não nos preocupamos, em um primeiro momento, em confirmar ou refutar o modelo de ocupação progressiva e linear do território ou o modelo de assentamento fundamentado em um centro urbano rodeado por pequenas aldeias, ambos propostos pelos autores consultados. Antes da elaboração de qualquer modelo que “escrevesse” a história deste território, pareceu-nos fundamental analisar e interpretar os achados da evidência material à luz de uma análise igualmente crítica das fontes literárias sobre a região, colocando de lado os pressupostos dos autores. Adotamos, uma postura metodológica que visa integrar de modo produtivo as duas categorias de documento. Procuramos levar em consideração os eventos políticos, conflitos sociais e disputas religiosas que marcaram profundamente a história desta região e sobre os quais há alguma evidência no documento textual. Entendemos que todos estes fatores não podem ser interpretados somente como uma história factual, como a espuma flutuante e

irrelevante das conjunturas históricas de longa duração, para usar metáfora cara a Braudel e seus críticos, mas como agentes ativos de mudança social que interagem com as estruturas, dotados de poder de determinar e alterar profundamente o processo histórico. Não basta também tratar estes fatores como contexto ou pano de fundo dos processos históricos evidenciados pela arqueologia e com os quais estabelece uma ligação tênue. Pelo contrário, é preciso considerá-los como forças históricas determinantes, que incidem sobre os processos locais e têm um impacto histórico significativo. Nesse sentido, nos distanciamos um pouco do modelo braudeliiano ainda muito comum nos estudos sobre paisagem rural, que confere uma densidade histórica muito grande às estruturas e conjunturas, enfatizando continuidades.¹³ Sem rejeitar de todo as categorias, ritmos ou níveis braudelianos, procuramos deslocar o eixo de análise para mudança e ruptura (Alcock 1993).

Nesta seção, apresentamos os resultados da leitura crítica que fizemos da documentação a respeito dos trabalhos arqueológicos na Planície do Sharon bem como realizamos uma nova sistematização dos dados materiais disponíveis. Mais adiante, na seção 4, expomos um balanço das fontes textuais consultadas procurando articular o conjunto das informações em função das questões levantadas por este projeto.

3.1. A amostragem arqueológica de Roll, Ayalon e Gophna: uma realidade mal conhecida

Na avaliação dos dados de Roll, Ayalon e Gophna, dois problemas se colocaram logo de saída. Sabíamos que o sítio de Apolônia se encontrava em região densamente urbanizada: a municipalidade de Herzliyya, que se estende num *continuum* desde o flanco norte de Tel-Aviv, se espalha pelos arredores do sítio urbano antigo, cercand-o parcialmente. Trata-se, além disso, de uma região com um mercado imobiliário dinâmico e altamente valorizado, situada à orla do Mediterrâneo. Nos últimos vinte ou trinta anos, Herzliyya vem

passando por um desenvolvimento galopante, com a construção de novos condomínios, residências nobres, hotéis e áreas de lazer. Logo ao sul do sítio, construções recentes causaram grande distúrbio à estratigrafia de seus arredores. Para completar, o sítio urbano de Apolônia foi parcialmente obliterado com a construção de uma instalação militar (*Relatório 2000-2001*).

Isto significa que uma boa parte do território de Apolônia antiga, do núcleo urbano à zona rural, está hoje coberto por construções modernas. Nestas circunstâncias, é evidente que os dados obtidos pelos investigadores israelenses estão necessariamente comprometidos pela alta densidade urbana e por distúrbios no registro arqueológico. Embora não esteja claro nas publicações, é provável que a maior parte dos vestígios encontrados fora do núcleo urbano antigo se deva a achados acidentais e a escavações rápidas, de salvamento, como aquelas que precederam à construção da auto-estrada litorânea (Haifa/Tel Aviv) onde se verifica uma concentração grande de achados.

Nestas condições torna-se realmente difícil delimitar o território antigo de Apolônia (como já observamos acima). Na ausência de evidência literária e material que auxilie na definição do território da cidade, os autores modernos comumente citam os rios Yarkon e Poleg, ao sul e ao norte, respectivamente, como possíveis limites. Estes dois rios delimitam um nicho “geográfico”, do qual falamos acima, com o núcleo urbano mais ou menos no centro. O limite leste, fronteira com a Samaria, é ainda menos preciso. Tais limites, entretanto, constituem uma imposição moderna e são, portanto, artificiais. A discussão sobre a ocupação do interior de Apolônia normalmente inclui a faixa estreita da *marzeva* entre as monta-

(13) Por exemplo, Vallat (1991:10): “temos que adotar a abordagem histórica braudeliiana que vê o passado como um jogo complexo entre os processos de curta, média e longa duração, e tentar analisar os dados arqueológicos por meio da mesma perspectiva”

(14) Na realidade, não sabemos nem mesmo se Apolônia chegou a ser uma cidade autônoma durante o período helenístico. Presume-se que, sob os Ptolomeus, o entreposto fenício de Arshaf possuísse certa autonomia. Com o domínio selêucida, a partir de ca. 200 a.C., parece ter mantido este status, mas não por muito tempo. Com a revolta dos macabeus e a expansão do controle judaico às cidades costeiras, especialmente o Sharon, a cidade, assim como Iamnia, Ioppa, Estratão e Dora, suas vizinhas, teria sido absorvida pelo estado hasmoneu. Ver Josefo, *BJ* 1.54; id., *AJ* 13.39; e Jones (1998:257). Ver discussão abaixo, seção 4. A questão é fundamental no contexto da história da Judéia e, depois, da Palestina romana.

nhas da Samaria a leste e as colinas de *hamra* (sobre a terceira cadeia de *kurkar*) na zona central do Sharon (Roll e Ayalon 1988:38 e ss. e 1989: iii) mas não sabemos se esta faixa fazia parte do território de Apolônia, da Samaria ou de outros assentamentos no vale do Yarkon, como, por exemplo, Tel Aphek/ Antípatris (Fig. 1). Na verdade, sabemos muito pouco sobre a história de Apolônia e seu território. Não sabemos qual era o estatuto da “cidade” durante o período romano imperial¹⁴ e, portanto, se controlava uma *chora* e qual era a sua extensão. Apolônia, veremos detalhadamente mais adiante, depois de Josefo (referindo-se um período anterior a ele), praticamente desaparece do registro literário, para ser mencionada novamente somente no século V d.C., e aí, nas listas episcopais, já com o nome tardio de Sozousa (Roll e Tal 1999: 8-9). Este silêncio não surpreenderia de todo, não estivéssemos comparativamente bem informados sobre as cidades vizinhas. Veremos a seguir como e por que o estatuto de Apolônia pode afetar a interpretação da evidência material deste sítio e, por conseguinte, os modelos propostos para ocupação do território, a caracterização da relação entre a cidade e o campo nos períodos históricos pertinentes a este projeto, e os processos de mudança social nesta região nestes mesmos períodos. Por outro lado, a continuidade de ocupação do sítio, tanto do núcleo urbano, como do território circunvizinho, desde o período helenístico é inegável. Também sabemos, como já verificado por Roll, por Ayalon e por Gophna, que o núcleo urbano se expande significativamente no período romano tardio (Roll e Ayalon 1989). Compreender como isso acontece era um dos objetivos do projeto.

Entretanto, diante destas incertezas, preferimos abandonar quaisquer pressupostos quanto à existência *continuada*, no período *romano imperial*, de uma *polis*, no sentido tradicional deste conceito, com uma *chora* acoplada e subordinada a um centro urbano bem definido.¹⁵ Partimos do princípio que, para a análise dos dados arqueológicos,

(15) Josefo, *BJ* 2.97 não inclui Apolônia na lista de cidades gregas (*Hellenidas poleis*) que foram subtraídas do reino de Arquelau e anexadas à província da Síria em 4 a.C. Das cidades costeiras mencionadas nesta passagem, Josefo cita ainda Ioppa e Estratão, chamando-as de cidades junto com Samaria/Sebaste e Jerusalém. Porém, ver também abaixo seção 4 para uma discussão um pouco mais detalhada sobre o estatuto de Apolônia neste período.

seria salutar, pelo menos num primeiro momento, suspender qualquer conclusão que se fundamentasse neste pressuposto. Na impossibilidade de estabelecermos os limites do território de Apolônia, aceitamos provisoriamente a demarcação “geográfica” ou “ecológica” proposta, por mais problemática que seja, como limite de uma área de investigação, sem entender esta área como território (*chora*) da cidade.

Da mesma forma, devido às deficiências já observadas na metodologia de prospecção de Roll, Gophna e Ayalon, nos valem aqui dos dados por eles arrolados, rejeitando, pelo menos temporariamente, suas conclusões. Re-organizamos estes dados, de sorte a salientar aqueles que realmente merecem destaque por sua consistência maior. Quanto às conclusões dos autores, as visitamos mais adiante, na seção 4 onde discutimos os dados apresentados neste estudo, contextualizando-as no interior dos debates que giram em torno das questões que animam este projeto.

Dada também a nossa insegurança quanto aos critérios que guiaram a classificação e hierarquização dos vestígios materiais catalogados por Roll, Gophna e Ayalon, na discussão dos resultados, optamos ainda por adotar os seguintes procedimentos a fim de reduzir a chance de erro quanto à tipologia dos achados: excetuando os sítios maiores de 1 km² de área, em nenhum momento diferenciamos entre “sítio” “fazenda” “instalação”. “estrutura” “moradia” e “assentamento”, como fazem os autores com a segurança permitida apenas a quem documentou e, em alguns casos, escavou estes sítios. Via de regra, na nossa análise, as categorias acima foram agrupadas sob a rubrica “vestígios de ocupação” e classificadas por período (helenístico, romano e bizantino), de acordo com os achados de cerâmica ou equivalente. Sob essa mesma rubrica, incluímos achados como a dispersão de cerâmica encontrada à superfície, ainda que, na verdade, não implique, necessariamente, a presença de ocupação *strictu sensu* (na verdade nenhum implica ocupação contínua). Estes procedimentos não só nos permitiram sistematizar e simplificar a evidência material, como também classificar preliminarmente os achados segundo critérios empíricos mais rigorosos (ou menos dúbios). Numa abordagem preliminar ao sítio, cujo objetivo imediato era caracterizar o padrão de distribuição espacial dos vestígios no território vizinho ao núcleo urbano e verificar possíveis rupturas neste padrão ao longo do tempo, o procedimento não nos pareceu comprometedor.

Por outro lado, não incluímos abaixo os achados num raio de 1 km do núcleo urbano de Apolônia, como os sítios n. 10 e 12 no Mapa de Herzliyya. Devido à sua associação com o sítio urbano, eles colocam problemas específicos e não podem ser considerados sítios de ocupação do território interior de Apolônia.

3.2. Sistematização dos dados

O Mapa de Herzliyya de Gophna e Ayalon arrola 99 sítios. Além destes dados, incluímos na análise abaixo, os achados sobre três outros sítios situados na área compreendida entre o Yarkon e o Poleg, ainda na Planície do Sharon, portanto no território em investigação por este projeto. São eles, no vale do Poleg, Tel Poleg e Tel 'Ashir, e Tel Qasile, próximo ao Yarkon. Estes sítios não constam do catálogo de Gophna e Ayalon e não foram submetidos à prospeção intensiva. Tel Poleg e a área circunvizinha foram escavados numa operação de salvamento (*NEAEHL* s.v. Tel Poleg, vol.4: 1193-1195). Várias áreas em Tel Qasile também foram escavadas (*NEAEHL* s.v. Tel Qasile, vol. 4: 1204-1212). Infelizmente, não tivemos acesso aos relatórios de escavação de Kefar Saba e Khefar Sabiya conduzidas por E. Ayalon.¹⁶

Dos sítios do catálogo de Herzliyya, uma minoria apresenta evidência material e estratigráfica de ocupação contínua da Idade do Bronze ao período árabe. Interessa-nos aqui os sítios que apresentam vestígios do período helenístico ao bizantino. Neste estudo a categoria "helenístico" delimita um período que vai desde a conquista de Alexandre até a conquista romana, incluindo, portanto, o interlúdio macabeu e hasmoneu. A categoria "romano" compreende todo período de dominação romana desde a conquista de Pompeu até período de Diocleciano. Raramente, o registro

dos artefatos encontrados elaborado pelos pesquisadores da área permitem-nos identificar com precisão diferentes períodos de ocupação romana, como já deixamos assinalado acima. Por conta disso, não tivemos outra alternativa a não ser generalizar, como de resto, Roll, Ayalon e Gophna fazem. A categoria "bizantino" cobre o período do século IV ao VI d.C. Naturalmente, há superposição significativa, especialmente nos períodos de transição, no século I a. C. e no século IV d.C. Segundo os critérios de classificação adotados neste estudo, 44 sítios apresentam algum vestígio de ocupação helenística, romana ou bizantina.

TABELA 1

Síntese dos sítios com vestígios helenísticos, romanos e bizantinos			
Período	Vestígios de ocupação		Enterramentos
	Cemitérios	Enterramentos	
Helenístico	08 (03) ¹⁷	0	1
Romano	18 (02)	2	8
Bizantino	29 (09)	2	11

A dispersão de cerâmica à superfície contou como vestígio de ocupação somente quando um achado isolado, ou seja, independente de outras estruturas já catalogadas, ou ainda quando próxima de enterramentos.

Para auxiliar na discussão, os resultados foram tabulados na tabela 2 e representados na Fig.3. Os sítios que não constam no catálogo de Roll e Ayalon estão referidos na tabela pelo topônimo (ex. Tel Qasile). A representação cartográfica facilita ainda mais a visualização dos dados, especialmente porque nos permite definir o padrão de distribuição espacial e topográfico dos vestígios encontrados e acompanhar mudanças neste padrão de um período para o outro.

Assim como os achados próximos à cidade, os dados sobre os cemitérios e locais de enterramento, na sua maioria em cavernas esculpidas no *kurkar*, levantam uma série de

(16) Citados em Roll e Ayalon 1989: iv. Nenhuma destas duas localidades aparecem no Mapa de Herzliyya. Devem estar, sem dúvida, fora da atual municipalidade de Herzliyya, ainda que na Antigüidade devem ter mantido relações com o litoral.

(17) O número entre parênteses refere-se à dispersão de cerâmica, i.e., ao achado de fragmentos cerâmicos na superfície sem quaisquer outros vestígios associados. É o que em inglês é definido como 'pottery scatter'

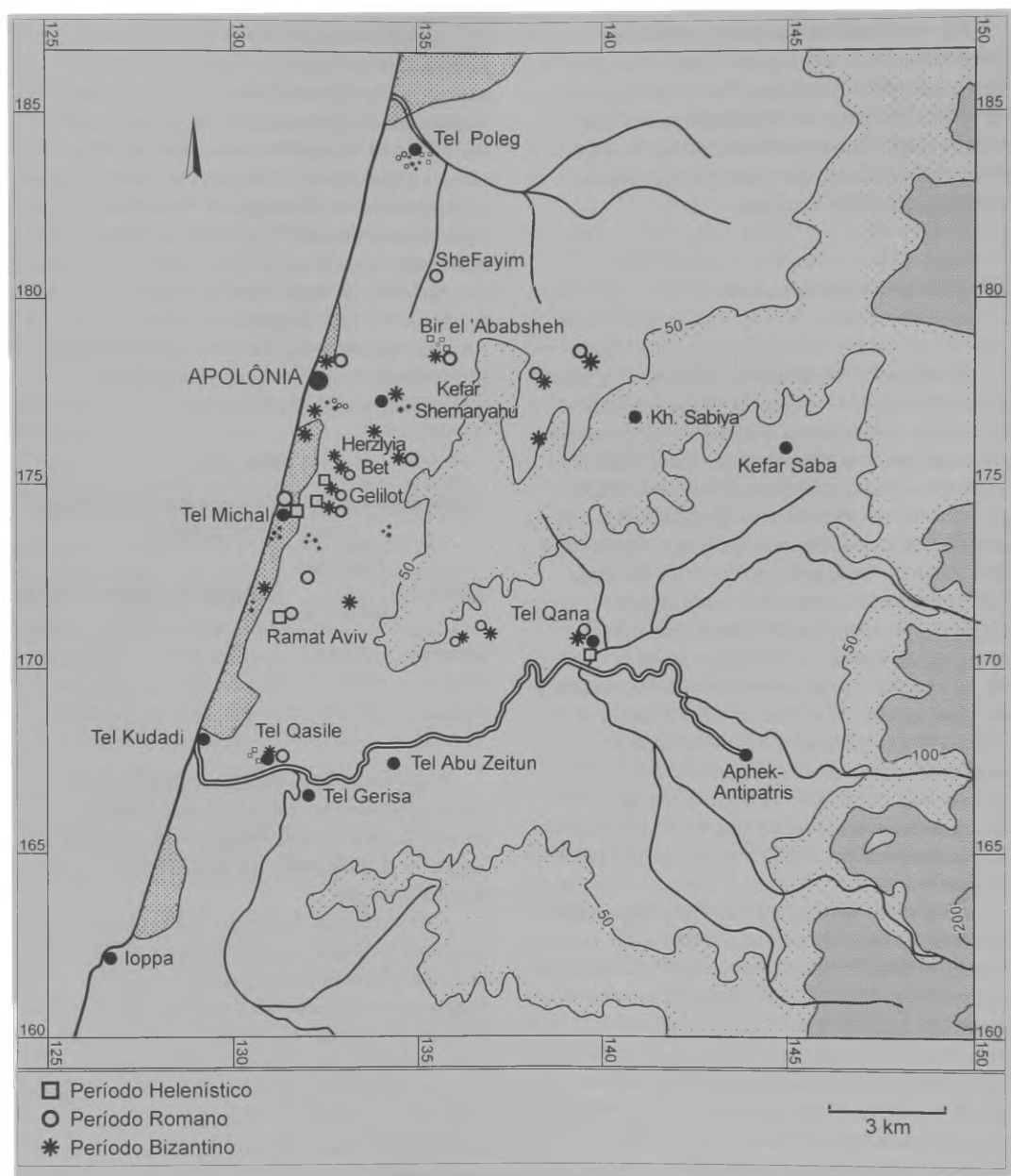


Fig. 3 – Apolônia e a planície do Sharon: vestígios dos períodos helenístico, romano e bizantino.

questões específicas e, por isso, foram tabulados separadamente, à exceção daqueles sítios onde a natureza desta evidência muda de um período para o outro (ex. de assentamento para cemitério ou vice-versa). Nestes casos, o sítio foi tabulado duas vezes

3.3. Comentário

Com relação a estes dados que compilamos, é necessário observar, inicialmente, que o que levou os arqueólogos que trabalharam na Planície do Sharon a uma interpretação linear e progressiva da

TABELA 2

Sítios com vestígios helenísticos, romanos e bizantinos no território de Apolônia

Vestígios de ocupação	Período			Observações gerais
	Helenístico	Romano	Bizantino	
Catálogo #				H = helenístico R = romano B = bizantino
5		X	X	NE de Apolônia Estruturas
7	X	X	X	Bir el 'Ababsheh H: cerâmica apenas R: século IV d. C. apenas. Área: 30 km ² Poço, telhas, pedras, vidro, <i>tesserae</i> . Aldeia?
9		X	X	Tel residual
13		X	X	R e B: cerâmica apenas, próxima a enterramento
16			X	Cerâmica
17			X	Estrutura de 4.5 x 5.5m. Fazenda? <i>Tegurium</i> ?
22			X	Vestígios de estruturas
26		X	X	Tabzor R: século II d. C. em diante. Área? Mosaicos, fornos, pisos, prensas, vidros. Fazenda? Aldeia?
28			X	Vestígios de estruturas
33			X	Kefar Shemaryahu B: cerâmica apenas
35			X	B: vila/fazenda? (mosaico)
37			X	B: túnel de drenagem
38			X	Estruturas (?) Instalações (?)
39		X	X	Atual cemitério de Herzliyya B: pedras de moleiro, tanques, <i>tesserae</i> , vidros, lamparinas. Fazenda? Aldeia?
43			X	B: cerâmica apenas
44	X	X		Área de Tel Michal
48	X	X	X	Herzliyya Bet H: possivelmente R: fazenda com mosaico romano? B: ou bizantino? Área? Prensas, estruturas, armazéns, vidro. Fazenda ou mosteiro bizantino?
50		X	X	R: mosaico romano? B: ou bizantino?

TABELA 2 (cont.)

Sítios com vestígios helenísticos, romanos e bizantinos no território de Apolônia				
Vestígios de ocupação	Período			Observações gerais
	Helenístico	Romano	Bizantino	
Catálogo #				H = helenístico R = romano B = bizantino
51	X	X	X	Gelilot (El Jelil) B: possível vila/fazenda Poços, fornos, pedras de moleiro, estruturas, mosaicos, prensas, armazéns, banho ritual. Não indica em que período se situam esses achados
59			X	B: cerâmica apenas
64			X	B: cerâmica apenas
66			X	B: cerâmica apenas
81		X		R: habitação em caverna
88			X	B: possivelmente
89			X	B: prensa de vinho completa
91	X	X		Ramat Aviv H: estrutura e enterramento
93			X	B: vila/fazenda com prensa de oliva, reservatório de água e mosaico. Área 5 km ²
95		X	X	Khefar es Sualimiyeh R: romano tardio Área 30 km ² . Pedras de construção, pedras de moleiro, fornos de vidro, cerâmica de banhos, tampas de sarcófago. Aldeia? Fazenda? Vila?
96		X	X	Ramat Ha-Sharon R: estrutura com prensa de vinho (?) tardo-romana e mosaico B: idem
97	X	X	X	Tel Qana Área 25 km ² . Acrópole com vestígios helenísticos. Terraço intermediário com vestígios romanos. Aldeia?
Tel Qasile	X	X	X	Tel Qasile H: cerâmica apenas R: período de Herodes e Augusto. Estrutura (mercado?) romano-tardia. Forno de cerâmica B: estruturas, banhos?
Tel Poleg	X	X	X	Tel Poleg H, R, B: cerâmica apenas

Tabela 3

Vestígios de cemitérios e/ou enterramentos no território de Apolônia				
Vestígios de ocupação	Período			Observações gerais H = helenístico R = romano B = bizantino
	Catálogo #	Helenístico	Romano	
6		X	X	R: talvez instalações agrícolas
13		X	X	R: cemitério romano? B: e bizantino?
19		X	X	R: possivelmente B: possivelmente
21		X	X	
23		X	X	
29		X		
31		X		R: enterramento século IV
32			X	
36			X	
38			X	
47		X	X	
49		X		R: enterramento século IV
50			X	
80		X		
87			X	
91	X			H: estrutura e enterramento
94		X	X	
97			X	B: túmulos ao NO do Tel

ocupação do território é justamente o fato de que, por mais aleatória e errática que seja a documentação, há mais achados de época bizantina, um pouco menos de época romana e menos ainda de época helenística. Além disso, nota-se em boa parte dos assentamentos (ou apenas enterramentos) uma certa continuidade entre enterramentos romanos e bizantinos.

Em seguida, é importante ressaltar que as únicas localidades – além de Apolônia – que possuem uma continuidade de ocupação desde a época helenística, são aquelas situadas no vale do Yarkon, Tel Qasile

e Tel Qana e algumas outras em que os vestígios de ocupação helenística resumem-se a apenas fragmentos cerâmicos, como Bir el 'Ababsheh, Herzliyya Bet, Gelilot e Tel Poleg. As localidades do vale do Yarkon, como vimos acima e tornaremos a ver adiante, situam-se em uma rota de entrada em direção à Síria e, ao que tudo indica, não podem ser estritamente vinculadas a Apolônia ou a Tel Michal; seu relacionamento deve ter sido – segundo cada época – muito mais intenso com Aphek/Antípatris ou ainda com Ioppa mais ao sul, além do Yarkon. Sobre Gelilot estamos extremamente

mal informados, pois é um sítio que não consta da NEAEHL e apesar dos autores assinalarem sua importância, os relatos de escavação e as referências sobre ele não vão além de uma ou de meia página (Gophna e Ayalon 1999:32*, onde não há informações se há estruturas de época helenística e Roll e Ayalon 1989: 120 e 153).

Com relação às oito localidades que registram uma continuidade entre a época romana e bizantina, é preciso observar que apenas quatro estão posicionadas além da segunda cadeia de *kurkar* (no. 9, 26, 39 e 50) e duas estão associadas ao vale do Yarkon (no. 95 e 96).

Quanto aos quatorze sítios eminentemente bizantinos, oito estão além da segunda cadeia de *kurkar*. Entretanto, note-se que não possuímos qualquer indicação de que estes sítios tenham sido minimamente escavados e, portanto, não se sabe que tipo de vestígios poderia ser encontrado em camadas inferiores. Vários deles são apenas 'dispersão de cerâmica'

Os enterramentos propõem um comentário especial. A maioria destes achados está localizada na segunda cadeia de *kurkar*. O posicionamento de enterramentos e cemitérios na organização espacial é assunto delicado ao qual todas as comunidades devotam muita atenção. A evidência provinda destes é, por isso, extremamente rica, pois pode nos ajudar a avaliar não só o processo de assentamento e a continuidade da ocupação de determinados sítios, mas também o sentido e significado ideológico das interferências humanas na paisagem. No caso dos enterramentos encontrados na Planície central do Sharon, inúmeras questões devem ser colocadas: foram realizados em áreas destinadas especificamente a esta finalidade? Marcam os limites do assentamento urbano? São extramuros ou estão no perímetro da área de habitação? Há diferenciação entre os tipos de enterramentos e a área escolhida para a sua efetivação? Há mudanças em formas de enterramentos de acordo com o material associado, helenístico, romano e bizantino? Estas são apenas as questões mais simples que do ponto de vista da ocupação territorial e da transformação social podem ser feitas com relação aos enterramentos, mas que não receberam muita atenção por parte dos estudiosos em parte, talvez, pela precariedade e a sistematicidade dos dados coletados.¹⁸

(18) Cf. em Gibson (1999: 91-93) a potencialidade informativa de uma abordagem mais completa de enterramentos a partir de dados obtidos por meio da prospecção intensiva de superfície.

O único texto a tratar desta documentação com maior profundidade é o de Oren Tal (1995). Mesmo assim, trata-se de um texto bastante descritivo sem uma tentativa mais concreta de interpretação desta evidência. A partir de nosso ponto de vista, a interpretação dos enterramentos de Apolônia que são de fato numerosos, no contexto da ocupação espacial do território, poderia trazer mais luz à compreensão da sociedade ali implantada e de sua organização espacial. É, portanto, mais uma perspectiva de estudo futuro.

Como veremos em seguida fomos levados não só a questionar os modelos de ocupação propostos para a região do Sharon, mas a repensar o contexto maior da Planície costeira da Palestina romana. Por razões que ficarão mais claras, adiante na seção 4, qualquer proposta de estudo sobre mudança social da região no período, mas especialmente para o primeiro século pós-conquista romana e durante a Antiguidade Tardia, forçosamente tem que tratar do contexto regional mais amplo. Portanto, à medida que a nossa reflexão avançou, fomos levados a ampliar a análise para além de Apolônia, ajustando o nosso campo de visão num movimento de vai-e-vem, ora aproximando a lente da cidade e seu território, ora deslocando o foco para recortes regionais mais amplos,¹⁹ definidos de acordo com critérios econômicos, políticos e culturais.

4. A paisagem rural de Apolônia durante o período helenístico e romano: arqueologia e história

Podemos dividir a história da ocupação romana da Judéia em quatro grandes períodos: 1 - intervenção e conquista, 63 a.C. a 30 a.C.; 2 - consolidação, 30 a. C. a 135 d.C.; 3 - o período pós-segunda revolta (135-284 d. C.); 4 - período romano tardio. No que se segue, tratamos dos dois primeiros períodos.

Esta divisão segue a periodização da historiografia tradicional da Palestina romana que é balizada pelos eventos na história das relações entre Roma e a Judéia. O objeto central da nossa reflexão é o sítio de Apolônia e, indiretamente, por motivos que ficarão evidentes mais adiante, as fundações helenísticas e fenícias da costa litorânea vizinhas a

(19) Sobre as vantagens de uma abordagem regional, ver Barker (199: 3).

Apolônia. Naturalmente, não se trata aqui de re-escrever a história da região durante este período.²⁰ O nosso propósito também não é abordar os problemas mais candentes da atual agenda de pesquisa acerca da Palestina romana (viz. a natureza do governo romano, o problema da tributação, revolta e banditismo, messianismo, conflito étnico e religioso, romanização e urbanização).²¹ Tentaremos aqui, como já anunciamos acima, proceder a uma re-avaliação do impacto da ocupação romana no território de Apolônia, e da parte sul da Planície do Sharon, partindo de uma leitura do conjunto de dados obtidos durante a análise da cultura material de Apolônia e de uma pesquisa documental nas fontes literárias. No cerne desta reavaliação está a transformação da paisagem rural deste sítio durante a dominação romana. Em primeiro lugar, procuramos identificar as transformações na paisagem rural durante este período; e em segundo lugar, entender o quanto estas transformações resultaram de mudanças na forma de assentamento e ocupação do território (distribuição espacial dos achados, tendência a nucleação ou dispersão, regime de propriedade). Interessa-nos interpretar as alterações da paisagem, com o objetivo de entender o quanto e de que maneira estas transformações poderiam estar ligadas direta ou indiretamente aos processos políticos e econômicos desencadeados pela invasão e ocupação romana da região.

Nossa interpretação é, por força da qualidade dos dados que possuímos, necessariamente provisória. Queremos sim mostrar como a nossa compreensão sobre as transformações históricas na planície sul do Sharon poderia se aprofundar com uma futura prospecção intensiva de superfície e obtenção de uma amostragem mais criteriosa. Acreditamos que a nossa análise coloque questões

que irão contribuir de forma significativa para o estudo de Apolônia e também da região como um todo.

4.1. *Josefo, Apolônia e os hasmoneus*

A primeira fase de intervenção romana na região até 30 a.C. foi, como é bem sabido, extremamente conturbada, não somente devido à conquista e ocupação de território da Judéia e Síria, mas ao envolvimento desta região nos embates sangrentos da Guerra Civil romana, que resultou na fundação do Principado e levou à reorganização política do Mediterrâneo.²² Sabemos que os eventos dramáticos associados à Guerra Civil tiveram um impacto profundo no Oriente como um todo e afetaram decisivamente as cidades da costa palestina. Devido a essa problemática, pensamos, inicialmente, tratar deste período como uma unidade. Os anos 60 a.C. marcaram o fim dos estados hasmoneu e selêucida no Oriente Médio como entidades políticas independentes e Ácio representou uma virada importante na história do Mediterrâneo. Além disso, 30 a.C. confirmou definitivamente a dominação dos antipatridas e a ascensão de Herodes como rei da Judéia, fato que teve enormes conseqüências para toda esta região. Entretanto, à medida que avançamos nas nossas reflexões, percebemos que para compreender melhor o impacto da invasão romana precisávamos retroceder no tempo ao período helenístico e, especialmente no caso de Apolônia, ao período de expansão dos hasmoneus, que marcou profundamente não só a história da Judéia e do judaísmo, mas de toda região. Ao procedermos à análise dos dados, tornou-se evidente que só poderíamos avaliar o impacto da ocupação romana após tratarmos das conseqüências da dominação dos hasmoneus, que serve, assim, de ponto de partida da análise.

Às vésperas da invasão romana, no início dos anos 60 a.C., os hasmoneus controlavam não só a Judéia, como também a Samaria, Galiléia, Iduméia, as cidades gregas a leste do Jordão (parte da Decápolis) e, à exceção de Ascalon, que se manteve independente, desde os anos 90 a.C.,

(20) Ver sobre o tema as seguintes obras: Schürer, em edição de Vermes e Millar (1973 e 1979) e de Vermes, Millar e Goodman 1986-7; Tcherikover 1959; Safrai e Stern 1974-6; Smallwood 1976; Avi-Yonah 1977; Gruen 1984; Alon 1980-4; Millar 1993. Schürer é o texto clássico, publicado, originalmente, em 1903. O volume II: 85-183 trata das cidades helenísticas da região. Veja-se também Jones (1998: 227ss).

(21) Por exemplo: sobre governo romano, romanização e urbanização: Millar 1993: *passim*; os ensaios em Kasher *et al.* 1990; Isaac 1992:333-371. A respeito de tributação, banditismo e revolta: Goodman 1987; Isaac 1992: 68ss; Fiensy 1991; Horsley 1998; Horsley e Hanson 1999.

(22) A bibliografia é vasta. Ver, por exemplo, Rhoads 1976; Smallwood 1976: 1-59; Gruen 1984, vol. 2: 745ss. e Sherwin-White 1984.

praticamente toda a costa da Palestina, dos montes Carmelo à fronteira com o Egito, incluindo Apolônia e o Sharon.²³ Apolônia fora conquistada durante o reino de Hircano I (135-104 a.C.) (*AJ* 13.395), mas a expansão dos hasmoneus no litoral da Palestina ocorreu principalmente entre 103 a 95 a.C.²⁴ Duas referências de Josefo a Apolônia, dentre as poucas referências feitas à cidade nas fontes literárias e, portanto, bem conhecidas dos estudiosos deste sítio, sugerem que Apolônia teria sido obliterada pelos hasmoneus em algum momento após a conquista.

Na primeira referência, no *BJ* 1.156, Josefo relata que Pompeu, após conquistar a Judéia, em 63 a.C.,

também libertou de seu domínio (sc. dos hasmoneus) todas as cidades do interior que eles não tinham ainda destruído completamente, ou seja, Hippos, Scythopolis, Pella, Samaria, Iamnia, Marisa, Azotus e Arethusa; da mesma forma as cidades marítimas de Gaza, Ioppa, Dora e a cidade antes chamada de Torre de Estratão...

Apolônia não consta nesta lista seleta de cidades litorâneas libertadas, “que não haviam sido previamente destruídas pelos hasmoneus”. Aparentemente a lista de Pompeu incluía apenas aquelas cidades intactas ou viáveis. Portanto, em princípio, a ausência de Apolônia desta lista sugeriria que a cidade tivesse sido realmente destruída e talvez abandonada e que pouco restara para “libertar” uma vez que seria difícil imaginar que Pompeu não tenha libertado Apolônia, se ainda fosse uma polis viável, junto com as outras cidades fenício-helenísticas. Naturalmente, é possível que Josefo, apesar da sua costumeira atenção ao detalhe, tivesse omitido Apolônia da lista, mas uma outra referência no seu texto, igualmente conhecida, reforça a primeira alternativa.

Josefo (*BJ*, 1.165-166) relata que, em 57 a.C., o proconsul Gabínio,

reconstituiu as cidades que não haviam sido saqueadas e reconstruiu aquelas que haviam sido destruídas. Foi, por exemplo, por suas ordens que Scythopolis, Samaria, Anthedon, Apolônia, Iamnia, Raphia, Marisa, Adora, Gamala, Azotus e muitas outras cidades foram repovoadas cada uma delas atraindo um fluxo de habitantes.

Josefo é bastante claro neste ponto: Gabínio “reconstituiu as cidades que não haviam sido saqueadas e reconstruiu aquelas que haviam sido destruídas” Segundo o testemunho de Josefo, o projeto de Gabínio, que continuava e ampliava o de Pompeu, visara dois tipos distintos porém complementares de intervenção nas comunidades tomadas dos hasmoneus: a restituição das cidades intactas (*tas mén aporthêtous póleis*) e a reconstrução daquelas destruídas (*tás dé katestramménas*). Gabínio teria diante de si uma lista de comunidades capturadas, mas relativamente intactas, e um outro rol de cidades severamente danificadas ou destruídas, isto é, obliteradas significativamente na sua infra-estrutura física a ponto de necessitarem reconstrução para se tornarem novamente habitáveis.²⁵ A construção gramatical de Josefo com *mén/dé*, contrastando, propositalmente, dois tipos de intervenção de acordo com o estado em que se encontravam estas comunidades fortalece a idéia de que algumas cidades litorâneas teriam sido gravemente danificadas.

Segundo Josefo, Apolônia não teria sido o único caso. Além de Apolônia, dentre as comunidades costeiras, constam também na lista de cidades reconstruídas, os sítios de Anthedon e Raphia, situadas no litoral sul, próximas à fronteira com o Egito. Como Apolônia, estas cidades também não são mencionadas como “cidades intactas”, libertadas por Pompeu. Sabemos pouco da história destas comunidades no período hasmoneu, mas tudo indica que teriam também sido destruídas. A

(23) *AJ* 13.395, 14.75ss.; *BJ* 1.87, 1.155ss.; Schürer 1903: 102; Jones 1998: 454, n. 42; Tcherikover 1959: 92-96, 442-3, n. 5 (citando fontes bíblicas).

(24) Iamnia e Ioppa (*BJ* 1.54), Gaza e Anthedon (*BJ* 1.87), Estratão e Dora (*AJ* 13.395), Azotus (*BJ* 1.155, implícito) e Apolônia (*BJ* 1.165ss, implícito). Ver também Schürer 1903, vol. 2: 114-115; Jones 1998: 256-7.

(25) No intervalo entre a atuação de Pompeu e Gabínio, Alexandre, filho de Aristóbolo, escapou de Pompeu e organizou um levante contra os romanos e seu tio, Hircano II. Recebendo suporte maciço entre judeus (recrutou, rapidamente, 10.000 soldados de infantaria e 1.500 cavaleiros), Alexandre tomou Jerusalém e agravou mais ainda a ruína causada pelos romanos, mas a área de atuação militar limitou-se à Judéia e Arábia, não chegando a atingir a costa, portanto, a “destruição” de Apolônia, se é que aconteceu, não teria ocorrido neste momento. Ver *BJ* 1.155ss.

era de Raphia contava os anos a partir de Gabínio (Tcherikover 1959: 96) sugerindo uma atuação significativa deste último na cidade, como um verdadeiro fundador, *ktistês*, no sentido literal do termo.

Por outro lado, Gaza aparece nas duas listas e, neste caso, como observa Tcherikover, sabemos que a cidade fora destruída por Alexandre Jamneu (*Ibid*). De fato, a narrativa de Josefo sobre a conquista de Gaza sugere graves danos infligidos à cidade, que, próxima a Anthedon e Raphia, fora capturada numa campanha sangrenta em 98 a.C. (*AJ* 13.356 ss. e *BJ* 1.87). Todavia, é pouco provável que Gaza, ao contrário das suas minúsculas vizinhas, cidade rica e entreposto comercial importante na região, tenha sido totalmente arruinada ou, se desolada, não tenha sido parcialmente reconstruída. Josefo (*BJ* 1.88) relata que, uma vez subjugados, os habitantes de Gaza foram escravizados, mas nem todos. O indício mais forte que Gaza fora pelo menos parcialmente reestabelecida antes da invasão romana é a menção de Josefo da amizade que ligava Antípatro (pai de Herodes) e os gazitas (*AJ* 14.3ss.). O contexto desta passagem é a guerra civil pela coroa hasmonéia entre Aristóbolo e Hircano II que precedeu a intervenção romana. Ou seja, nos 30 anos de intervalo entre a conquista por Alexandre Jamneu e a liberação por Pompeu, Gaza teria sido reabilitada, ainda que parcialmente, sob o controle dos hasmoneus. O calendário aqui também ajuda. Diferentemente de Raphia, o ano I da era de Gaza, de acordo com as fontes numismáticas, corresponde ao ano de 61 a. C. ano da libertação por Pompeu (Meshorer 1985:29). Este dado nos leva a crer que a cidade, em sua estrutura física, continuasse a existir, ainda que precariamente, quando restituída por Pompeu.

Além disso, os dados arqueológicos obtidos no perímetro urbano de Apolônia demonstram, como observa Tal, uma lacuna importante no registro de achados de cerâmica no final do período helenístico, ou seja, durante o período correspondente ao domínio hasmoneu e à intervenção romana (Tal 1999: 253).²⁶ Segundo Fischer e Tal, a

(26) Veja-se Gophna e Ayalon (1989: 23), sobre uma aparente retração nas dimensões e densidade de assentamentos, sugerindo como explicação, “as guerras hasmonéias” Ver também Safrai (1994: 20 e 23ss), com referência ao trabalho de Avi-Yonah; mas o autor afirma apenas que a cidade era muito pequena e entrou em declínio, sem oferecer uma explicação para o fenômeno.

cerâmica helenística encontrada nas áreas D e H (Fig. 4) data de um período anterior às primeiras décadas do século I a. C.: a maioria dos fragmentos (+80%) é, com efeito, atribuída aos séculos III e II a. C. (Fischer e Tal 1996: 230 e 1999: 227). O período hasmoneu é, pelo menos na área urbana do sítio, praticamente estéril (cf. tabelas na seção 3).

Teria Apolônia, então, sido destruída pelos hasmoneus? A prática não era incomum, como reporta Josefo, de forma mais explícita, em relação a outras cidades conquistadas.²⁷ Ainda que seja impossível afirmar isso com certeza, os poucos dados que possuímos indicam, no mínimo, uma retração importante deste sítio, que ao contrário do que sugere a historiografia recente sobre a região, *antecede* a conquista romana e tem implicações importantes para a avaliação do impacto da presença romana e para a interpretação do registro arqueológico do território de Apolônia e, por conseguinte, de outras cidades da região. Da mesma forma, os vestígios arqueológicos da paisagem rural de Apolônia (e das comunidades litorâneas próximas) nos ajudam a contextualizar melhor as observações de Josefo e a compreender os processos sociais e econômicos que transformaram esta região durante o período crítico de transição entre os hasmoneus e os romanos.

Para entender melhor a natureza destes processos, avaliamos os dados arqueológicos de Apolônia no contexto mais amplo das comunidades vizinhas, com as quais Apolônia compartilhava uma história em comum e, até um certo ponto, da Judéia. A comparação se torna especialmente necessária, considerando, como observado acima, a escassez de dados disponíveis sobre a zona rural adjacente à cidade. Portanto, passamos, a seguir, a uma análise comparativa, contemplando as mudanças históricas, políticas e econômicas, que transformaram a Judéia e a Palestina como um todo a partir da expansão do domínio hasmoneu até as primeiras décadas de ocupação romana.

4.2. A planície litorânea da Palestina entre hasmoneus e romanos – um espaço em movimento

Conhecemos mal o estatuto e os assuntos internos das comunidades costeiras no período

(27) *AJ* 13.395s: “Nesse tempo, os judeus dominavam as seguintes cidades da Síria, Iduméia, e Fenícia: ... Pella (esta última havia sido destruída porque os seus habitantes não concordaram em adotar os costumes judeus...)”



Fig. 4 – O sítio de Apolônia e áreas escavadas.

helenístico. Desconhecemos também o impacto e o rigor do domínio hasmoneu, seja sobre a população local de origem grega, macedônica, síria e fenícia, seja sobre os judeus. As fontes literárias também nos informam pouco sobre a administração destas comunidades, sobre questões de tributação, sobre o estatuto da terra, e assim por diante.

Sabemos, isso sim, dos esforços dos macabeus e hasmoneus para colonizar e judaizar a região conquistada. Simão Macabeu expulsou os habitantes de Gazara, vizinha de Azotus, e fundou uma colônia de judeus no local (Macabeus, 1.13.43 ss; 1.14.33; 2.10.32 ss).²⁸ O mesmo parece ter ocorrido em Ioppa, onde Simão construiu uma fortaleza, (Macabeus, 1.14.34)²⁹ e Iamnia (Macabeus, 12:8-9), que se tornara uma cidade judaica já na segunda metade do século I a.C. (*Ibid.* e *BJ passim*). Interpretando fontes talmúdicas, Schalit e Applebaum sugerem que parte dos territórios conquistados na Planície costeira tenha sido atribuída a novos colonos (ou novos conversos), que se tornaram pequenos proprietários. Uma outra parte deste mesmo território teria sido incorporada ao domínio da coroa, parcelada e arrendada a camponeses judeus (Applebaum 1977:386s). No período de Augusto, Estrabão relata que em Iamnia e nas aldeias vizinhas, os judeus contavam com um excedente humano considerável, podendo facilmente mobilizar um exército de 40.000 soldados (16.2.28).³⁰ É mais provável, entretanto, que a judaização da costa, como sugere Millar, tenha ocorrido não pela expulsão da população local e subsequente colonização judaica, mas pela conversão forçada dos habitantes da região, como ocorreu em outros territórios conquistados (Millar 1993: 344). Na Iduméia, por exemplo, Hircano, depois de conquistar Marisa e Adora, compeliu os habitantes a escolher entre a circuncisão e o judaísmo ou abandonar a região (Schürer 1903, I: 217-8; Millar 1993: 345). A judaização da Peréia prosseguiu *pari passu* com a conquista por Jamneu (Jones 1998: 357). É bem possível que táticas

(28) Provavelmente é Gazara, próxima a Azotus, a que se refere Estrabão, *Geographia* 16.2.29: "Gadaris, a qual os judeus tomaram para si."

(29) Ver também Jones 1998: 254, que sugere, provavelmente com razão, o mesmo tipo de conduta em relação a Ioppa, *pace Macabeus* 2:12:3ss.

(30) "Iamnia e os assentamentos em um círculo a seu redor podiam mobilizar quarenta mil homens em armas"

semelhantes tenham sido empregadas nas comunidades costeiras.

Há também indícios indiretos da presença forte do estado hasmoneu nos territórios incorporados ao reino judaico. A recepção efusiva que algumas cidades litorâneas (por exemplo, Gaza) deram a Pompeu como libertador em 63 a.C. e a forma como inauguraram novas eras a partir daquele momento sugerem um governo hasmoneu opressor (*BJ* 1.155 e Goodman 1987: 13).³¹ Da mesma forma, o ódio mútuo nutrido por judeus e ascalonitas, por exemplo, talvez tenha suas origens neste período, por ocasião das intervenções dos hasmoneus em Ascalon, que não chegou a ser conquistada (*BJ* 2.465-7; 3.9 ss. e Tcherikover 1959: 95).³² Algumas décadas mais tarde, o apelo destas cidades fenício-gregas, já então sob o controle de Herodes, junto a Augusto, indica que estas comunidades preferiam se autogovernar, o que, naturalmente, não é nenhuma surpresa.³³

Também não parece haver dúvida que os hasmoneus se beneficiaram do controle das regiões conquistadas e incorporadas aos seus domínios. Embora seja difícil avaliar o envolvimento dos judeus em atividades ligadas ao transporte ou comércio marítimo durante este período,³⁴ o acesso ao mar certamente permitiria aos hasmoneus "policiar" o litoral, monitorar a importante rota marítima entre a Fenícia e o Egito,³⁵ acompanhar os movimentos das frotas das cidades fenício-

(31) Goodman menciona, até mesmo, interferência em Ascalon, que, em princípio, não estava sob domínio judaico.

(32) Lembrar que Herodes viu-se obrigado a confirmar a autonomia de Ascalon em 30 a.C. Ver *BJ* 1.422.

(33) Durante o governo de Herodes, em 20 a.C., Nicolau de Damasco fala de várias cidades gregas citando, explicitamente, Gadara. Logo após a morte de Herodes, Gaza se junta ao coro de cidades peticionárias (Millar 1993: 43 e 354; Jones 1998: 273). Todavia, os ascalonitas mantinham boas relações com os antipatridas, especialmente Antípatro, pai de Herodes (*AJ* 14.10; *BJ* 122-139).

(34) A afirmação de Josefo, no *CA* 1.60, é muito categórica: "A nossa não é uma nação marítima; nem o comércio nem as relações com os outros que ele promove nos interessam..."

(35) Mais tarde, no contexto da revolta de 66-70 d.C., o controle de Ioppa permitiu aos judeus atrapalhar os carregamentos provenientes do Egito para abastecer Cesaréia e as legiões romanas (*BJ* 3.414ss.). Porém, falar de uma "frota judia" naquele contexto é um exagero (Derfler 1989: 193), o próprio Josefo diz que os navios foram construídos de improviso e naufragaram logo em seguida: *BJ* 3.416: "pêxamanoi te peiratika skaphê pleista". (Tcherikover 1959: 94).

helenísticas e, especialmente, de praticar pirataria. Estrabão, apesar de hostil aos judeus, parece ser uma fonte confiável; segundo ele, Ioppa, então sob o governo de Herodes, era um “covil de piratas”, de onde os judeus controlavam o Carmelo e a “floresta”, ou seja, praticamente toda a costa norte da Palestina, de Ioppa até a fronteira do Líbano (então parte da província da Síria), incluindo o Sharon. A floresta, à qual Estrabão se refere, se estende de Estratão a Ioppa (Estrabão, *Geographia*, 16.2.27), revestindo todo o sul da planície de Sharon, onde se situava Apolônia, que o autor aparentemente ignora, pois não a menciona (Estrabão, *Geographia*, 16.2.28). A construção de várias fortalezas pelos hasmoneus ao longo da costa, em Ioppa e Tel Michal, estava provavelmente relacionada ao controle exercido sobre a região costeira (Derfler 1989: 194). Entretanto, é possível também que estes pontos fortificados servissem menos para vigiar as rotas marítimas da região do que para controlar a população submissa e defender judeus nativos e colonos vivendo em comunidades mistas e hostis aos hasmoneus.

Assim, talvez tão importante quanto o acesso ao mar, fosse, nesse período, o controle estratégico da faixa litorânea que servia de corredor ligando a Síria ao Egito, as duas potências helenísticas. Vimos acima (p.92-93) que uma rota importante entre o Egito e a Síria desviava do litoral penetrando o vale do Yarkon em direção a Aphek (mais tarde, Antípatri), para depois seguir em direção ao norte. Mas, a rota litorânea, apesar de secundária, era também importante, ligando, Antioquia à Alexandria, passando por Tiro, Dora, Ptolemais, Estratão, Apolônia, Ioppa, Iamnia, Ascalon e Gaza e continuando em direção ao Egito (Roll 1983: 145-6; e Gophna e Ayalon 1989: 26).³⁶ Essa rota era especialmente importante para os deslocamentos de tropas na região. O controle da planície costeira, portanto, colocava os hasmoneus em posição de poder tirar vantagem política (e econômica) dos conflitos entre seus vizinhos do norte e sul (AJ 14.334 e também Rainey 1989: 15). Sabemos

também, por exemplo, que Alexandre Jamneu tentou impedir a passagem dos selêucidas em campanha contra os árabes em ca. 87-86 a.C., construindo uma enorme trincheira fortificada, estendendo-se de Aphek a Ioppa e bloqueando a planície costeira (BJ 1.103).³⁷ Entretanto, mais importante do que o acesso ao mar, controle do comércio e das rotas marítimas, ou da via litorânea, era o domínio do território, da terra, da *chora*, das cidades conquistadas.

Como se organizava o território destas comunidades durante o período hasmoneu? Vimos que Estrabão menciona vários assentamentos judaicos – *katoikiai* – nas cercanias de Iamnia e Ioppa, na época de Augusto. Fato que corrobora os achados arqueológicos em Iamnia, por exemplo; achados que apesar de esparsos trouxeram à luz objetos de tradição judia datados da época herodiana. Estes assentamentos agrícolas na planície litorânea floresceram durante o reino de Herodes, mas é provável que tenham se originado num passado mais remoto. Os levantamentos arqueológicos realizados em Ioppa, embora incompletos, revelam, durante o período helenístico e hasmoneu, uma alta densidade de assentamentos rurais no vale do Yarkon. Em contraste com as “colônias” judaicas em cidades como Ascalon (BJ 2.465-7) ou, mais tarde, Cesaréia (BJ 2.457) que constituíam comunidades urbanas, mais ou menos compactas, os assentamentos dispersos na *chora* destas cidades com população majoritariamente judaica consistiam de granjas, fazendolas e aldeias, cujos habitantes cultivavam o solo, segundo uma antiga tradição judaica (Safrai 1994: 64 ss. e 104 ss.). Sobre esta tradição o Talmud, os Evangelhos e Josefo oferecem rico testemunho. Este último, no *Contra Apionte* (1.60), afirma: “*Nós não habitamos a costa, nem nos interessamos pelo comércio e pelas relações com os forasteiros que o comércio produz. As nossas cidades são construídas no interior, longe do mar e nos dedicamos ao cultivo da terra fértil que nos foi dada*”

Mesmo descontando o caráter apologético desta afirmação que tem por finalidade projetar uma visão ‘romântica’ da cultura judaica ameaçada

(36) Lembramos, todavia, que o trecho Ioppa-Apolônia-Estratão, pode ter sido construído no período imperial tardio. A *Tabula Peutingeriana*, que menciona Apolônia, representa um itinerário romano tardio.

(37) Josefo fala em Antípatri, o que é um anacronismo para o período. Trechos consideráveis desta trincheira fortificada foram encontrados em escavações em Ioppa. (NEAEHL vol 2: 656).

pelos conflitos religiosos e sociais que dividiam a Judéia no tempo de Josefo, ainda assim, é possível aceitá-la na sua essência. Mais do que qualquer outra região do Oriente Próximo, a paisagem rural da Judéia, segundo estes testemunhos, era pontilhada de aldeias e comunidades agrícolas.³⁸

Enfim, ainda que, na maioria das vezes, não seja possível identificar a verdadeira natureza destes pequenos sítios rurais do litoral, pois, como sabemos, foram escavados de forma bastante precária, é interessante notar sua datação e seu posicionamento ao sul do Yarkon (Fig. 1), e portanto, imediatamente ao sul do limite hipotético entre Ioppa e Apolônia (Tal 1999: 255). A filiação a Ioppa, a ligação forte desta cidade à coroa e a judaização do seu território no período hasmoneu sugerem que uma boa parte, senão a maioria, destes sítios remonte ao turbulento reinado de Alexandre Jamneu. A proliferação destes assentamentos estava muito provavelmente ligada ao desenvolvimento de Ioppa neste período, fruto do esforço dos hasmoneus no sentido de colonizar e/ou judaizar a planície litorânea.

As estimativas numéricas de Estrabão sobre Iamnia e Ioppa podem não ser muito plausíveis, mas a percepção que este autor tem das potencialidades agrícolas e econômicas da região e a proliferação de assentamentos rurais no território circunvizinho, documentada nos levantamentos intensivos, nos deixam a impressão de um dinamismo rural nesta região (e isso após a devastação causada pelas guerras civis e já sob o peso da tributação romana!),³⁹

(38) Ver a afirmação de Apionte *apud* Josefo, *CA* 1.197: “Os judeus possuem muitas fortalezas e aldeias em diversas partes do país, mas apenas uma cidade fortificada [Jerusalém].” Cf. *BJ* 3.34-60; Tácito, *Hist.* 5.8: “Magna pars Judaea vicis dispersitur; habent et oppida.” Cf. Mapa de Madaba e também Saffrai 1994: 39ss., 64ss., 100ss.
(39) A historiografia fala de uma regressão significativa da presença judaica no período 63-30 a.C. nos territórios helenísticos ocupados previamente pelos hasmoneus, especialmente na costa, resultando na expulsão em massa dos habitantes e colonos judeus (Applebaum 1977: 361; Jones 1998: 259). A evidência arqueológica a respeito do sul da Planície do Sharon e as observações de Estrabão sobre a *chora* de Ioppa e Iamnia não sustentam essa hipótese. Se houve alguma regressão, ela durou um curto período e se seguiu de recuperação demográfica e econômica significativa a partir, ao que tudo indica, do trabalho de camponeses judeus (e samaritanos). Cf. também o caso de Iamnia.

embora não possamos falar de prosperidade generalizada, isto é, afetando todos os grupos sociais. Ioppa parece passar mesmo por uma expansão econômica na primeira fase de ocupação romana. *Atos* mostra claramente que, por volta dos anos 30 d.C., Ioppa não era somente uma cidade de agricultores e camponeses, mas possuía um contingente de artesãos judeus, relativamente prósperos.⁴⁰

A hipótese que a planície litorânea de Ioppa, Iamnia e Ascalon teria sido fértil produtora de gêneros agrícolas e cereais desde o período hasmoneu,⁴¹ que, como sugere Applebaum, (em Saffrai e Stern 1974-6: 659) teriam sido exportados, numa escala crescente, para a Judéia, tem fundamento e merece ser melhor avaliada.⁴² Estrabão ainda descreve o território rural de Ascalon, mais ao sul, como um excelente produtor de cebolas, o que sugere uma agricultura praticada em pequenas propriedades e certa estabilidade econômica (16.2.29).

Analisados em conjunto, o testemunho literário e o registro arqueológico confirmam este mesmo dinamismo rural em duas outras áreas da planície costeira vizinhas à Apolônia: junto à antiga Aphek, a sudeste de Apolônia, onde Herodes fundou Antípatris, ca. 9 a.C., referindo-se à região como “a mais bela planície do seu reino, onde havia rios e árvores em abundância”;⁴³ e em Dora, no limite norte do Sharon (Fig. 1).

(40) A Tabitha/Dorcas de *Atos* 9:36-40, judia conversada ao cristianismo, provavelmente era tecelã, junto com as outras mulheres que se agrupavam ao seu redor. Todas praticavam caridade em relação aos mais pobres. Simão de Ioppa (*Atos* 9:42-43) era um curtidor em Ioppa, indicando a presença de curtumes na cidade e, por conseguinte, de atividades pastoris. Esse Simão era indivíduo de alguma posse, pois hospedara Pedro na sua casa à beira-mar (!).

(41) Na realidade, desde muito antes. No período persa, uma inscrição no sarcófago de Eshmun’azar (final do século VI a.C.) documenta que Dora e Ioppa eram áreas produtoras de grãos no território de Sharon (Rainey 1989:13; Gibson *et al.* 1999: 80; Holm *et al.* 1988: 30).
(42) Pois a importação de gêneros alimentícios para a Judéia parece ter ocorrido principalmente após a Revolta de Bar-Kochba, quando a oferta (e produção?) de grãos naquela região diminuiu significativamente (Saffrai 1994: 114 e 222ss e 269ss, sobre comércio inter-regional de grãos e outros materiais).

(43) *BJ* 1.421: “hên en toî kallistôi tês basileias pediôi ktîsas potamôi tês kái dëndresin plousían ônomasen Antipatrida” É importante ressaltar que Josefo situa a sua afirmação no tempo de Herodes, provavelmente citando uma fonte contemporânea à fundação da cidade (Memórias de Herodes?).

Em Aphek, o registro arqueológico no período helenístico e hasmoneu, embora limitado, parece indicar um dinamismo crescente no uso da terra, que continua durante o período romano. Os dados que consultamos mostram um número maior de sítios rurais e o aparecimento do que parece ser uma fortificação, que pode estar ligada tanto à dominação dos hasmoneus como aos conflitos do período helenístico tardio.⁴⁴

Ainda que esparsos, os dados disponíveis mostram, sem sombra de dúvida, uma maior ocupação e/ou exploração de toda esta micro-região, estendendo-se no sentido leste-nordeste, por toda a *marzeva* oriental, em direção ao coração da Samaria (Kochavi *apud* Goodman 1987: 54). O desenvolvimento desta região a partir de Augusto e Herodes estava obviamente ligado à fundação de Antípatri, mas Antípatri parece apenas ter estimulado ou acelerado um processo mais generalizado afetando toda a região, já em andamento nas últimas décadas do período hasmoneu e prolongando-se pelo período romano até pelo menos a Revolta de 66 d.C. Durante este período, Antípatri cresceu rapidamente, tornando-se sede de um dos três grandes mercados rurais da região de Lod/Diospolis: norte da Judéia, sul da Samaria, e parte de planície a leste de Ioppa e Apolônia (Safrai 1994: 114 e 243).

Igualmente, ao norte, em Dora, as pesquisas levadas a cabo por Gibson e sua equipe nos 8 km² que circundam o sítio, apontam para uma expansão da ocupação nas *marzevas* entre as cadeias de *kurkar* no final do período helenístico (Gibson et al. 1999: 103). Ali, a prospecção de superfície revelou pequenos estabelecimentos nas cadeias de *kurkar* ao redor do centro de Dora, mas a pesquisa ficou refinada ao recuperar inúmeras dispersões de cerâmica (especialmente de vasos para armazenamento) nas *marzevas*, sugerindo que estas áreas inundáveis já estavam sendo trabalhadas para agricultura.

Portanto, em relação ao período helenístico e hasmoneu, ao contrário do que sugerem Gophna,

Ayalon, Roll e Safrai,⁴⁵ deparamos com um registro arqueológico proveniente dos sítios urbanos vizinhos a Apolônia, que embora desigual e incompleto, se mostra surpreendentemente rico e nos transmite a impressão de expansão e movimento, com transformação do espaço ocupado, proliferação de assentamentos e adensamento demográfico no final do período helenístico, durante o período hasmoneu e estendendo-se desde a fase inicial da ocupação romana até pelo menos 66 d.C.

Na realidade, o fenômeno parece ser bem mais generalizado e melhor documentado na Judéia propriamente dita. Os levantamentos intensivos de superfície nas zonas montanhosas da Judéia, Samaria e Galiléia, por volta desta mesma época, registram os mesmos indícios, sugerindo crescimento demográfico e expansão econômica em escala significativa *posterior* a, e *apesar da*, conquista e ocupação romana (BJ 3.40-59 e Dar 1986:86 ss.; Urman 1985: 104; Safrai 1994:23ss.; Anderson 1995: 450-51). A integração da Judéia e da costa palestina ao sistema imperial romano talvez seja mesmo responsável por esta transformação (Vallat 1991: 14; Safrai 1994: 446 e Anderson em Levy 1995: 468) que certamente gerou enorme desigualdade social, mas que, sem dúvida, teve como base a exploração agrícola do solo por pequenos agricultores proprietários ou arrendatários (as condições certamente teriam variado de um local a outro) nas comunidades rurais e aldeias semelhantes àquelas que Estrabão menciona na costa (Applebaum 1977: 358ss). Tanto na Judéia como na região costeira da Palestina, com a possível exceção de Ascalon e Dora (cf n. 47 abaixo), foram estes agricultores os verdadeiros agentes desta expansão e somos levados a pensar que a maioria fosse de ascendência judaica (Rainey 1989: 15; Millar 1993: 344).

Essa aparente vitalidade demográfica e econômica da região deriva em parte dos benefícios e incentivos criados pelo estado hasmoneu e confirmados aos colonos das comunidades agrícolas judaicas. Iamnia e Ioppa teriam recebido um grande número de colonos judeus no período

(44) Ver *NEAHL* s. v. Aphek: 62-72: maior número de assentamentos no Tel, plano hipodâmico (?), fortificação no período helenístico tardio, maior número de fazendas. No período romano, a cidade ocupava 2/3 do Tel.

(45) Roll e Ayalon 1989: v: "Durante o período helenístico os assentamentos do litoral declinaram em tamanho e importância, mesmo que pareça que Apolônia não tenha mudado de tamanho e aparentemente tenha até mesmo aumentado em importância..." O contrário nos parece verdadeiro. Safrai 1994: 23ss; Roll e Ayalon 1990: 191s.

hasmoneu. Como sujeitos da coroa, a maioria destes agricultores teria se beneficiado, seja porque ficaram isentos da tributação selêucida, seja porque, no caso dos rendeiros, não seriam mais obrigados a pagar o dízimo (Applebaum 1977: 358ss.). Talvez até mesmo a população grega de algumas comunidades como em Dora, demonstrada a lealdade à monarquia hasmonéia, possa ter se beneficiado.

Por sua vez, Aphek/Antípatris e a *marzeva* oriental se situam numa zona de transição, próxima à fronteira com a Samaria, área limítrofe, além dos limites territoriais jurídicos postulados para as cidades litorâneas de origem fenícia e helenística como Apolônia ou Dora. O território da *marzeva* oriental estava provavelmente sob controle direto da coroa hasmonéia (Applebaum 1977: 386) ou pelo menos sob forte influência cultural judaica e samaritana.⁴⁶

Este imbricamento de fatores políticos e culturais é importante para a compreensão da evolução histórica nesta região e, portanto, para as questões levantadas neste estudo. O modelo de ocupação do território, o tipo de tratamento dado ao solo, as práticas e métodos de cultivo agrícola (Safrai 1994: 104ss. e 322ss) dependem das práticas culturais dos agentes sociais. As forças sociais e econômicas que impulsionaram a expansão econômica e demográfica da região montanhosa da Judéia e Samaria e, aparentemente, também em parte do litoral, especialmente, ao sul do Yarkon, guardam uma relação estreita com os processos políticos e culturais. Por conta disso mesmo, estes processos não foram uniformes em todas localidades, como, por exemplo, veremos a seguir, em Apolônia, ao contrário das comunidades vizinhas, eles parecem ter contribuído para inibir ou retardar a ocupação do território.

O estado hasmoneu aparece aqui como um fator crucial, atuando de forma a moldar ou, pelo menos, canalizar estas forças em benefício próprio, transformando a paisagem rural da região. Apesar das limitações das fontes literárias e do registro arqueológico, parece haver uma relação direta entre a ocupação da *chora* de comunidades como Ioppa

e Iamnia ou Aphek e o domínio hasmoneu. A migração de colonos judeus para esta região e/ou a conversão forçada dos habitantes locais teria estimulado ocupação e aproveitamento destes territórios. Por outro lado, cidades que não passaram por este processo de judaização não parecem ter tido a mesma sorte. Em Apolônia, isso não poderia ser mais verdadeiro. No núcleo urbano em si, como vimos na seção 3.2, não há qualquer indício material da presença judaica no período helenístico (ainda que Roll o suponha, 1999: 4) e a conquista desta cidade pelos hasmoneus, veremos a seguir, não teve o mesmo impacto econômico que detectamos nas suas vizinhas a leste e a sul. Portanto, não é de admirar que cidades litorâneas onde a presença judaica foi menos marcante ou ausente, tais como Gaza, Anthedon, Raphia, Gadara, Azotus, Iamnia e Apolônia e, até um certo ponto, mesmo Ioppa, tenham recebido Pompeu como libertador.

Por conta desta diversidade política e cultural na região costeira, a relação que estas comunidades urbanas mantinham com o território rural era complexa⁴⁷ e, durante o período de transição do domínio hasmoneu para o romano, em constante fluxo.⁴⁸ No caso específico de Apolônia, há ainda indícios de que a cidade tenha sido destruída pelos hasmoneus. Passemos então à análise e discussão dos achados arqueológicos do território rural de Apolônia numa tentativa de reconstruir a paisagem rural deste sítio, tomando como base, retrospectivamente, os dados coletados por Roll e Ayalon na zona rural da cidade.

4.3. Apolônia e seu território no período helenístico-hasmoneu e romano até 135 d.C.

Como vimos acima (seção 3.2) o padrão de distribuição dos vestígios arqueológicos helenísticos no território de Apolônia sugere uma penetração muito limitada do interior e uma ocupação prática-

(46) Assim como Cesaréia, Antípatris foi fundada por Herodes e se helenizou rapidamente (Safrai 1994: 25), mas sabemos, através de Josefo, que durante a primeira fase da Rebelião de 66 d.C., os romanos tomaram e incendiaram Aphek/Antípatris e as aldeias circunvizinhas, o que sugere um predomínio de assentamentos judaicos nesta região (BJ 2.510ss). A literatura talmúdica também sugere uma presença judaica forte (Tcherikover 1959: 46).

(47) O melhor exemplo da complexidade da relação cidade-campo na Palestina vem de Ascalon, comunidade fenício-helênica, que não se submeteu ao controle dos hasmoneus, mas que abrigava no seu território rural, ou nas cercanias, várias aldeias judaicas, cujos habitantes freqüentavam o mercado da cidade. Entretanto, a referência em fonte talmúdica remonta ao século III d.C. (Safrai 1994: 237).

(48) O melhor exemplo é a própria Ioppa, que foi libertada em 63 a.C. e retornou ao domínio judaico em 47 a.C. A cidade passou para as mãos de Cleópatra em 35 a.C., retornando ao controle judaico com Herodes em 30 a.C.

mente restrita à costa, voltada especialmente para as áreas nucleares de Apolônia e Tel Michal, tendo sido este último uma fortificação para uso aparentemente militar (Herzog 1989: 165-8 e Derfler 1989: 194). Como indicamos acima, há indícios de uma redução na densidade de artefatos encontrados no núcleo urbano de Apolônia durante o período hasmoneu. Tal aventa, inclusive, a hipótese, diga-se de passagem difícil de comprovar, de uma ‘divisão de funções’ entre Apolônia e Tel Michal no período helenístico: aquele centro teria desempenhado um papel de liderança administrativa enquanto que este teria tido uma função especificamente militar (1999: 254).

Dada a topografia do território, chama atenção a implantação dos vestígios e assentamentos encravados na segunda cadeia de *kurkar* ou muito próximo desta área rochosa e imprópria ao cultivo agrícola. A única exceção é o sítio de Bir el ‘Ababsheh (sítio7) (Fig.3) situado no vale entre a segunda cadeia e as colinas de *hamra*, zona de aluvião, fértil, porém pantanosa e de difícil escoamento. Não há evidência de trabalhos de drenagem do período helenístico em Apolônia e, na verdade, os vestígios helenísticos encontrados em Bir el ‘Ababsheh consistem apenas em fragmentos de cerâmica. A situação de Apolônia, portanto, parece ter sido bem diferente daquela de Dora, fundação helenística com uma situação topográfica muito semelhante à de Apolônia. Em Dora, a prospecção intensiva de superfície em condições mais favoráveis revelou – como já mencionamos acima – o uso das *marzevas* com fins agrícolas durante o período helenístico tardio. O estudo de Gibson trouxe à luz dados que permitem concluir que a primeira *marzeva* fora drenada já no século II a.C. (1999: 80).

Também chama atenção a proximidade entre as áreas ocupadas no interior do território e o núcleo urbano de Apolônia. Dos 8 sítios identificados como helenísticos, quatro, inclusive Tel Michal (44), se situam num raio de 5 km do núcleo de Apolônia e a menos de 2 km do litoral. Ou seja, se distribuem ao longo de uma faixa paralela à linha da costa, numa distância do centro urbano que poderia ser percorrida, facilmente a pé, várias vezes ao dia, em menos de uma hora. Como observa Jameson, a localização de prédios e vestígios rurais tão próximos do centro urbano sugere estruturas secundárias ou temporárias, servindo uma população estável, fixada no centro urbano vizinho (1994: 57); ou se não temporárias, que, pelo menos, mantêm uma relação de dependência forte com o núcleo urbano.

Vejamos agora os outros quatro sítios periféricos, situados fora do perímetro de 5 km ao redor de Apolônia propriamente dita. Ramat Aviv (91), a ca. de 8 km ao sul de Apolônia, não foge ao padrão de distribuição espacial observado: próximo ao centro urbano e à linha do litoral. Encravado no *kurkar*, a ca. 2 km da costa e 4,5 km ao sul de Tel Michal, sua localização sugere uma filiação ao contexto de Ioppa e não a Apolônia (fig. 1 e Tal 1999: 255). Pode-se afirmar o mesmo em relação a Tel Qasile, situado no vale do Yarkon, a 10 km de Apolônia e ainda mais próximo de Ioppa. De todo modo, os achados helenísticos deste sítio são escassos, assim como em Tel Poleg, 10 km ao norte do núcleo urbano de Apolônia, no vale do Rio Poleg, suposta fronteira norte do território da cidade.⁴⁹

Por outro lado, Tel Qana, a sudoeste de Apolônia, constitui uma exceção. Trata-se de um assentamento relativamente distante da costa (ca. de 10 km) e de dimensões avantajadas, com uma área de 25 km², o que o classificaria como “aldeia” de grande porte.⁵⁰ De acordo com os dados de Roll e Ayalon, é impossível determinar com certeza se essa área total corresponde ao sítio helenístico, romano ou bizantino. Assim como Tel Qasile, Tel Qana situa-se no vale do Yarkon, próximo a Aphek/Antípatris e à *marzeva* oriental (Fig. 3), área que, como vimos acima, parece ter realmente passado por um processo de ocupação e expansão econômica neste período. Na realidade, desconhecemos qual a relação entre Apolônia e Tel Qana, mas é possível especular que este sítio, dadas as suas peculiaridades, não fizesse parte da *chora* da cidade ou que não estivesse ligado a ela e sujeito a sua jurisdição. Assim como o sítio de Tel Qasile situado no vale do Yarkon e

(49) Estes sítios, no entanto, não são tratados pelo menos no que diz respeito a este período na *NEAEHL*. Os dados apresentados em Gophna e Ayalon (1998) são, igualmente, erráticos. No artigo sobre os assentamentos nas imediações de Tel Michal (1989:23), estes mesmos autores não citam Ramat Aviv, mas, por outro lado, mencionam “aldeias” em Shefayim, ao norte de Apolônia, que não aparecem no Mapa de Herzliyya (1998) e em nenhum outro relatório de escavação consultado e que, portanto, não conseguimos identificar. Tal menciona estes sítios (1999: 254), mas de forma igualmente obscura.

(50) Segundo o critério de área adotado por Safrai (1994: 65): 8-10 dunam (km²), supondo 10 famílias/dunam.

mencionado acima, podemos postular que o desenvolvimento de Tel Qana estivesse ligado ao contexto de Aphek, a sudeste, e de Ioppa, ao sul. Além disso, é bem provável que uma estrada local, rota antiga ligando o interior da Samaria a Ioppa, penetrasse no vale do Yarkon via Tel Qana ou cercanias (Roll 1996: 551 e Gophna e Ayalon 1989: 26). No conjunto, estes fatores conferem um caráter excepcional a esse sítio. Roll e Ayalon negam qualquer ligação significativa entre a *marzeva* interior e a faixa litorânea durante o período helenístico e romano anterior à Rebelião de 66 a.C. e, em relação a Apolônia, provavelmente, estão corretos (1989: v).

A tímida ocupação do território de Apolônia em época helenística se reflete também na distribuição espacial dos enterramentos e na documentação literária. Os poucos vestígios funerários helenísticos limitam-se à segunda cadeia de *kurkar* (sítio 91), próximos do litoral. Quanto às fontes literárias, Estrabão, observa, no período de Augusto, como vimos acima, que a planície sul do Sharon estava coberta por uma “grande floresta” e não inclui Apolônia na sua descrição do litoral da Palestina (Estrabão, *Geographia*, 16.2.27). De fato, apesar das limitações do levantamento de Roll e Ayalon, é possível conjecturar que os recursos naturais do território interior da cidade,⁵¹ especialmente o solo, durante este período, tenham sido sub-utilizados e o território pouco explorado. Segundo Roll, Gophna e Ayalon nenhum vestígio de atividade agrícola foi encontrado na região durante este período (Gophna e Ayalon 1989:23 e Roll e Ayalon 1989: v), e é realmente pouco provável que os assentamentos no *kurkar* fossem zonas de produção agrícola. Não temos notícia também do achado de arados, ferramentas, ou implementos agrícolas durante o período helenístico e os vestígios paleobotânicos não sugerem cultivo extensivo de grãos (Liphschitz 1999: 281-2). Isso, é claro, não exclui atividade agrícola de subsistência que muito provavelmente

sempre foi praticada. Além disso, atividades ligadas ao extrativismo na floresta são atestadas pelas fontes literárias nas regiões vizinhas (*BJ* 3.34-40) e não podem ser totalmente descartadas em Apolônia.

Essas conclusões preliminares sobre Apolônia helenística impõem um contraste importante com a paisagem rural de Ioppa, Iamnia, Dora e Ascalon, cidades também costeiras que, durante este período, como vimos, parecem passar por uma certa efervescência econômica. Como explicar esses contrastes? Devem-se simplesmente aos limites da exploração arqueológica do sítio ou terão fundamentos propriamente históricos? Como interpretar estes dados à luz da possibilidade de obliteração deste sítio após a dominação dos hasmoneus?

Antes de tentarmos responder a estas perguntas, analisemos as transformações nesta paisagem após a ocupação romana, libertação deste sítio e sua reconstituição como pólis.

Surpreendentemente, o primeiro século de ocupação romana, até pelo menos a virada do século II d.C. (ou pelo menos até a Rebelião de 66 d.C., impossível definir com mais precisão no registro arqueológico), pouco alterou este quadro. Os dados compilados a partir do levantamento de Roll e Ayalon no território de Apolônia revelam uma distribuição espacial de vestígios que segue o mesmo padrão já observado durante o período helenístico (Fig.3).

Constam no catálogo de Gophna e Ayalon 14 assentamentos identificados como romanos. Acrescentamos a essa lista, os sítios de Tel Poleg e Tel Qasile, que, como vimos, não aparecem no levantamento original, obtendo um total de 16 sítios romanos, ou seja, o dobro do número de sítios atribuídos ao período helenístico, o que, em princípio, nos levaria a pensar numa densidade de ocupação maior. Destes 16 sítios, sete se situam a leste da segunda cadeia de *kurkar* e cinco, além da terceira cadeia, na zona fértil da *marzeva* oriental, onde, excetuando-se Tel Qana, não há traço de ocupação helenística. Contudo, uma análise mais detalhada do material encontrado nestes sítios da *chora* de Apolônia revela que somente os sítios 9, 97 (Tel Qana) e, possivelmente, o 39 (área do atual cemitério de Herzliyya) apresentam vestígios romanos anteriores ao século II d.C. O restante dos achados remonta a um período posterior ao

(51) Na seção 2 vimos que o sítio urbano foi bem melhor explorado arqueologicamente do que a região central da *hamra*, de difícil avaliação devido ao desenvolvimento urbano moderno de Herzliyya, o que certamente introduz desvios, mas ainda assim os dados comparativos em relação aos períodos posteriores são reveladores de tendências regionais.

século II d. C., sendo a maioria do período romano tardio (séculos IV e V d. C.), como na tabela abaixo:

TABELA 4

Sítios com vestígios de assentamento romano além da segunda cadeia de *kurkar*

Sítios identificados a leste da segunda cadeia de <i>kurkar</i>	Romano	Romano, século II d.C.	Romano Tardio, séculos IV e V d.C.
7	—	—	X
9	X	?	?
26	—	X	X
39	X?	X?	X
95	—	—	X
96	—	—	X
97 (Tel Qana)	X	?	X

A tabela nos ajuda a visualizar a dispersão dos vestígios no período romano e, indiretamente, a extensão da ocupação do território da cidade a leste da segunda cadeia de *kurkar*. A preponderância de assentamentos em época romana tardia é evidente. Dos três sítios identificados simplesmente como “romanos” apenas o 39 apresenta artefatos em maior quantidade, incluindo oficinas, tanques e vidro, mas mesmo a cronologia destes vestígios é disputada; Gophna e Ayalon propõem datas romana ou bizantina. Por sua vez, o sítio 9, no extremo leste do território da cidade consiste apenas de um *tel* com material de refugio da aldeia de Kefar Saba, assentamento situado a leste de Apolônia, no sopé das montanhas da Samaria, filiado a um outro contexto (Fig.3), e sobre o qual temos poucas informações.⁵² Em Tel Qana (97), o volume de achados do período romano anteriores ao século IV d.C. também é pequeno. Apenas Tabsor/Ra Annana, sítio 26, apresenta uma exceção, com instalações de produção, fornos, prensas e vidro, porém a cerâmica, aqui melhor preservada, data do

(52) Roll e Ayalon (1988: 38-43) tratam deste sítio, no período bizantino, como se fosse parte do território de Apolônia ou estivesse em relação íntima com ela, sem se preocupar em definir melhor a ligação entre Apolônia e esta “aldeia”. De acordo com estes autores Kefar Saba “era o centro dos assentamentos na parte central da *marzeva*... rico em achados arqueológicos”.

século II d.C., ou seja, 150 a 200 anos depois da invasão romana!⁵³

Tendo como base a distribuição espacial e cronológica destes achados, podemos deduzir um processo de ocupação tardia do território interno de Apolônia, que provavelmente só teve início a partir do século II d.C. e, mais intensamente, em época romana tardia e, na seqüência, bizantina (Fig.3, seção 3).

A distribuição espacial dos outros restantes nove sítios romanos reproduz o modelo helenístico; ou seja, detectamos uma concentração de sítios na segunda cadeia de *kurkar* ou a oeste dela, próximos ao núcleo urbano, distribuindo-se de norte a sul numa linha paralela à costa, nunca a menos de 3 km de distância do litoral. Ainda que, à exceção talvez de Tel Michal (44), não possamos concluir a existência de continuidade histórica na ocupação destes sítios entre os períodos helenístico e romano, seis deles (44, 50, 51, 91, Tel Poleg e Tel Qasile) revelam nitidamente, no registro arqueológico, uma continuidade de ocupação espacial. A continuidade no uso destes sítios reforça a hipótese de persistência do mesmo modelo de ocupação do território de Apolônia durante a primeira fase de dominação romana. Além disso, em algumas localidades, como Tel Poleg, não há indícios de maior intensidade de ocupação, dada a baixa densidade dos vestígios atribuídos ao período romano. Em Tel Qasile, no vale do Yarkon, a maior parte dos achados data do século III e IV d.C. (Mazar 1993, 4:1204 -1212 e Gophna 1993, 4: 1193 -1195). Dentre os “novos” sítios a leste do segundo espinhaço de *kurkar*, ou seja, aquelas áreas que, embora próximas à costa, não revelam ocupação helenística (5, 50, 81), somente o sítio 5, situado praticamente no *proasteion* de Apolônia, parece datar da primeira fase de ocupação romana (Fig.3). Disputa-se a cronologia do sítio 50, que pode ser romano ou bizantino, e o sítio 81 remonta, como o 26 acima, ao século II d.C.

O material funerário atribuído ao período romano, apesar de mais abundante do que no período anterior, não foge a esse padrão de distribuição

(53) Roll e Ayalon (1990: 192) sugerem que outros sítios talvez possam existir nesta zona oriental do território, pois em Tabsor as ruínas se encontravam num plano muito profundo, ainda assim, os vestígios encontrados datam do século II d.C. em diante.

espacial (Tal 1995: 107). Dez áreas de enterramentos romanos foram identificadas, sendo duas delas pelo menos atribuídas ao período romano tardio (31, 47). Porém, assim como em época helenística, todos estes sítios funerários se situam entre a costa e a segunda cadeia de *kurkar*; não há vestígios de enterramentos no interior do território.

Este modelo de ocupação “mínima” da *chora* de Apolônia até o séc. II d.C. é intrigante, considerando: (1) que as colinas da *hamra*, na *marzeva* oriental, constituíam a zona mais fértil deste território; (2) a aparente expansão econômica das cidades vizinhas sob o domínio dos hasmoneus e, provavelmente, até as primeiras décadas do século I d.C.; e (3) o fato de Apolônia ter sido reconstruída e reconstituída por Gabínio como pólis autônoma com controle sobre o seu território. Por que esse território não fora ocupado desde esta data? Por que somente a partir do século II d.C. é que se verifica uma ruptura com o modelo helenístico?

Na realidade, tomado isoladamente, o fenômeno que descrevemos acima não vem a ser exatamente uma novidade, mas não encontramos na bibliografia consultada uma explicação convincente. Com base nestes mesmos dados, Roll e Ayalon, os principais investigadores deste sítio, propõem um declínio ou crise não só de Apolônia, entre o final do século I (embora os autores não nos informem claramente, imaginamos que a referência seja ao final do século I d.C.) e a primeira metade do século II d.C., como também de todos assentamentos e centros urbanos nesta região (Roll e Ayalon 1990: 19 e 1989: v). Esse declínio teria sido uma consequência direta das Revoltas que sacudiram a região entre 66 e 135 d.C. Entretanto, como vimos, a evolução histórica das comunidades costeiras não foi uniforme. Pelo menos durante o reinado de Herodes e Augusto e, possivelmente, até os anos 30 d.C., quando a documentação se rarefica, Ioppa, Iamnia, o vale do Yarkon e Aphek/Antípatriis parecem passar por uma expansão econômica com base na exploração agrícola. Além disso, no caso de Apolônia, nada nos leva a pensar em um declínio neste período - declínio em relação a quê?

De acordo com o que expusemos acima, a paisagem rural de Apolônia às vésperas da Rebelião de 66 d.C. não teria sido muito diferente daquela em 63 a.C. ou talvez mesmo daquela em 90 a.C.! Embora a exploração do núcleo urbano da Apolônia romana esteja apenas começando e possa ainda nos revelar surpresas, nos locais até

agora investigados, onde se detectaram vestígios de época persa, helenística, bizantina e islâmica, não há nenhum indício material de assentamento romano anterior ao século II d. C. Na área de escavação E do sítio urbano, os achados incluem cerâmica e uma edificação que os investigadores pensam ser uma *villa* datada de a partir do final do século I d.C./ princípios do século II d.C. (Roll e Tal 1999: 21). De fato, o único testemunho da existência de uma Apolônia romana no século I d.C. é literário e, convém enfatizar, notório pela ausência relativa de qualquer menção à cidade. Estrabão a ignora e, entre Augusto e Ptolomeu, no século II, somente Josefo e Plínio o Velho mencionam a sua existência (Roll e Tal 1999: 3). Até onde revelam as investigações, deparamo-nos aqui com um sítio urbano que parece ter sofrido uma ruptura profunda não no final do século I d.C., mas em dois momentos distintos: o primeiro entre o século II a.C. e o século I a.C., seguindo-se a conquista dos hasmoneus, antes da invasão romana; e o segundo no primeiro quartel do século II d.C. A forte continuidade na paisagem rural observada entre o período helenístico-hasmoneu e o primeiro século de dominação romana reforça esta idéia, sugerindo uma certa estagnação do território da cidade. Portanto, apesar da turbulência da Judéia e da feroz repressão romana às rebeliões de 66 e 132 d.C.,⁵⁴ é difícil falar de crise e declínio no final do século I, porque, depois da intervenção de Gabínio, não podemos definir claramente o ponto alto de onde se inicia o declínio; para tanto, veremos a seguir, se faz necessário retroceder ao período anterior à conquista pelos hasmoneus.

Safrai também propõe uma retração das cidades da costa, inclusive Apolônia, no final do século I d.C., que ele atribui, plausivelmente, à fundação de Cesaréia (Safrai 1994:23). Sem dúvida, Cesaréia teve um enorme impacto na região, tornando-se rapidamente uma das maiores e mais opulentas cidades do Oriente romano (*BJ* 3.442; Holum 1988: passim), transformando a paisagem do sul da Planície do Sharon. Vários autores discutem esta questão que é totalmente ignorada por Roll (Rainey 1999: 15; Holum et al. 1988 e Sperber 1998: 175). Safrai segue um

(54) Para uma avaliação recente do impacto da rebelião de Bar-Kochba no mundo romano, com referências, ver Eck (1999: 76-89).

modelo geográfico controverso de “seleção natural” no qual, diante de uma crise econômica, “as cidades mais fortes se recuperam rapidamente e as menores perecem” (Safrai 1994: 23 e 26ss). Todavia, esse modelo nos parece insuficiente, não só pelo motivo já exposto acima (declínio ou crise do que e desde quando?), mas também porque a partir do século III d.C. e durante a Antiguidade Tardia, Apolônia se torna um centro importante, apesar de Cesaréia continuar sendo a metrópole regional. Não seria mais plausível supor que Apolônia e seu território tivessem, ao contrário, se beneficiado da fundação de Cesaréia, que, como vimos, importa alimentos de cidades vizinhas? Por que não pensar que Cesaréia teria estimulado o desenvolvimento da região?⁵⁵

Enfim, tendo em vista a aparente prosperidade das regiões vizinhas a Apolônia, mesmo após a invasão romana, como explicar esse modelo mínimo de ocupação do seu território e o escasso aproveitamento de seus recursos naturais?

Convém mais uma vez lembrar que a proposta original deste projeto buscava avaliar o impacto da invasão e presença romana neste sítio, ou seja, as transformações na paisagem rural de Apolônia nas décadas que se seguiram à chegada dos romanos. O nosso referencial, no início deste projeto, era um conjunto de fontes literárias e bibliografia secundária que sugeria mudanças econômicas e políticas em larga escala não só na Judéia mas em toda a costa da Palestina. Este material enfatizava a turbulência nesta região subsequente à invasão romana. Às guerras das últimas décadas da República, se sucederam deslocamento social, instabilidade política, uma administração romana corrupta, violenta opressão fiscal e política, que contribuíram para a irrupção de revoltas e outros movimentos de resistência, desde os tempos de Herodes até Bar-Kochba,⁵⁶ sendo a Rebelião de 66 d.C., um dos pontos altos desta turbulência.

(55) Na realidade, Safrai chega a afirmar categoricamente, sobre a evolução subsequente deste sítio, sem nenhuma fundamentação documental, que Apolônia, no período pós-Rebelião de 66 d.C., definhara a ponto de se tornar uma “village”, perdendo o status oficial de pólis. Embora não tenhamos como descartar esta possibilidade, ela nos parece pouco provável, tendo em vista os achados mais recentes sobre este sítio no período romano durante o século II d.C. (Safrai 1994: 23).

(56) Sobre estes temas, ver Cullman 1970; Lemonon 1981; Fiensy 1991; Horsley 1998; Horsley e Hanson 1999; Goodman 1987; Millar 1993: 337ss.; Eck 1999. Ver também *BJ passim*.

Ao iniciarmos a nossa pesquisa, esperávamos nos deparar, no território de Apolônia, bem como nos assentamentos vizinhos, efeitos ou reflexos do jugo romano e dos distúrbios que marcaram este período. Para a nossa surpresa, não foi exatamente isso que encontramos. Pelo contrário, tanto a paisagem rural de Apolônia e cercanias como o exame mais cuidadoso das fontes literárias, especialmente de Josefo, indicaram uma situação muito mais complexa e variada. Em Apolônia não pudemos constatar nenhum indício de alteração da paisagem rural no território da cidade desde o momento da conquista romana até pelo menos o final do século I d.C., quando tanto o núcleo urbano como a zona rural passam por transformações importantes.

Em contraste, as cidades vizinhas de Ioppa, Iamnia, Aphek/Antípatri, Dora (Stern 2000:221-226), Ascalon e Cesaréia, apesar da turbulência política do período, parecem passar por uma fase de expansão demográfica e econômica. Os levantamentos recentes sugerem que a própria Judéia tenha passado por uma fase de crescimento econômico após a sua integração ao sistema imperial, apesar de toda a brutalidade do regime romano. Sabemos o quanto estas mudanças estavam ligadas a questões políticas e não afetaram todos os grupos sociais e comunidades da mesma forma. A expansão econômica evidenciada em vários pontos desta região fundamentava-se na exploração do trabalho de pequenos agricultores e camponeses e trouxe prosperidade apenas para alguns poucos (Goodman 1987: cap.2).

4.4. *Uma paisagem rural fragmentada: o sul do Sharon dos hasmoneus aos romanos*

O nosso ponto de partida é o período helenístico. As fontes textuais sugerem que, em época helenística, ao contrário do período persa (Gophna e Ayalon 1989: 21-23), Apolônia, se não era o maior assentamento no sul do Sharon, havia conquistado uma posição de proeminência nesta micro-região e, provavelmente, o status de pólis. Com efeito, Fischer e Tal, fundamentados nestas fontes, supõem que a extensão do território de Apolônia nessa época fosse de 20km², a mesma extensão que possuía em época persa (1996). Por outro lado, uma vez que - como já mencionamos acima - consta na lista de Gabínio, ela provavelmente deve ter sido liberada por Pompeu em 63 a.C. junto com

Ioppa, Estratão, Dora, e outras. Mas se por um lado podemos inferir que, como pólis, Apolônia possuísse uma *chora*, por outro, desconhecemos os regimes de uso e propriedade da terra vigentes no território.

Anteriormente à conquista dos hasmoneus, podemos considerar Apolônia, junto com Dora (Stern 2000: 201 ss.), Estratão ou Ioppa, uma cidade helenizada, embora seja pouco provável que Apolônia tenha recebido imigrantes gregos em grande escala. Infelizmente, não temos nenhuma informação sobre a estrutura política e social interna da cidade, mas como toda comunidade aspirante a pólis ou à autonomia, Apolônia provavelmente contava com uma elite dirigente de ascendência grega e/ou fenícia helenizada. Se esta elite era proprietária de terras na região, como vimos, não encontramos dados arqueológicos sobre a paisagem do território da cidade que nos permitam atestar seu interesse pela agricultura (embora nada impeça que esta elite hipotética fosse proprietária em outros lugares, até mesmo nas comunidades vizinhas). E ao contrário da situação em Ioppa, Aphek e Ascalon, não há indícios da existência de pequenas propriedades agrícolas, de um campesinato grego, judeu ou nativo, e muito menos de plantéis de escravos. Na realidade, *villae* romanas abrigando plantéis de escravos não ocorrem na Judéia (Anderson em Levy 1995:453). Da mesma forma, os dados que possuímos a respeito de atividades pastoris ou de suínocultura são incompletos pois limitam-se ao sítio urbano; muito embora o terreno fosse propício à primeira e a floresta, em se tratando de população não-judaica, fosse o lugar ideal para criar suínos. As poucas informações que possuímos sobre o período helenístico, dizem respeito aos detritos encontrados em um poço na área D do sítio, em que 62% de 65 ossos são de caprinos. Isto, segundo Sade, atesta “um certo comportamento dirigido à criação de animais” em Apolônia, o que é, de fato, muito pouco (1999: 266-268). Tal, por sua vez, sugere sem mais indicações que “tais animais eram arrebanhados no sítio e nas redondezas” (Tal 1999: 253).

Dado este quadro, e pressupondo a existência de uma pólis e, portanto, de uma classe de notáveis, é possível postular que, antes dos hasmoneus, o comércio fosse uma atividade econômica importante em Apolônia, isto é, um dos principais geradores de riqueza local. Fragmentos de ânforas helenísticas encontradas nas áreas D e H

de escavação no sítio (Fig.4), provenientes de Rodes e de outras regiões, atestam, com efeito, a presença de um comércio de longa distância até o século II a.C. (Fischer e Tal 1996:221 e 225ss). Teria este comércio se expandido numa escala suficiente para produzir excedente e manter a suposta elite local?

Aqui, de novo, estamos às escuras quanto à principal atividade econômica e meio de sustento desta cidade e seus habitantes. A resposta mais provável ainda é a agricultura (e caprinocultura?) de subsistência. Entretanto, também é perfeitamente possível que a elite dirigente de Apolônia pudesse contar com a importação de grãos e gêneros alimentícios de regiões vizinhas, da Palestina e do Mediterrâneo oriental. Com certeza, a elite local mantinha contato com outras cidades fenícias e helenísticas. Não teria sido esse o destino de parte da produção agrícola – atestada na documentação literária – de Aphek, do vale do Yarkon, da *marzeva* oriental, e da *chora* de Ioppa e Iamnia?⁵⁷ Mais tarde, já no período imperial – de acordo com as fontes talmúdicas – a vizinha Cesaréia importava grãos, especialmente trigo, de outras comunidades na planície do Sharon e da própria Judéia (Safrai 1994: 113). Safrai refere-se também ao período fenício, quando todo o Sharon, de Ioppa a Dora, era considerado “generoso em grãos”. Poderíamos falar, neste caso, em uma especialização econômica entre as várias localidades na Planície do Sharon?

Não temos como responder com segurança a estas perguntas, mas os dados obtidos até o momento e analisados acima revelam justamente a heterogeneidade econômica desta região litorânea e a fragmentação da paisagem rural deste território. A documentação acima reflete, durante este período, uma ligação forte das comunidades litorâneas às especificidades locais e, depois da expansão dos hasmoneus, os desígnios de uma unidade centralizadora, pois, após as conquistas de Alexandre Jamneu, à exceção de Tel Michal, não há evidência direta da presença judaica no território de Apolônia anterior à época romana tardia. A ausência de assentamentos propriamente agrícolas reforça a idéia de uma “sub-utilização” da *chora* da cidade a

(57) Em *Atos* 12:20, as cidades de Tiro e Sidon importam grãos dos territórios de Herodes Agripa, provavelmente de terras da coroa situadas na Galiléia ou Judéia. Sobre este tema cf., para a Antigüidade tardia, Kingsley 2001.

partir deste período. O contraste com as cidades vizinhas é, mais uma vez, revelador, pois num raio de 15 km a sul ou a leste, há fortes indícios de expansão de cultivo e adensamento de assentamentos.

Por que, então, Apolônia não passou pelo mesmo processo de colonização/ judaização do seu território como Ioppa ou Iamnia e, mais tarde, Estratão/Cesaréia (que embora nunca tenha sido uma cidade judaica, abrigava uma minoria considerável de judeus) (AJ 19.6.3) ou ainda como Dora (Stern 2000: 261)? Teria Apolônia sido realmente destruída pelos hasmoneus, como sugere a leitura de Josefo, e a população local forçada a emigrar? Sabemos que em vários territórios ocupados (talvez mesmo em Ioppa e Iamnia) a população de fala grega foi expulsa (Applebaum 1977: 359).⁵⁸ Poderíamos atribuir a esse fato a aparente lacuna na ocupação deste sítio após o século II a.C.?

Mais uma vez, não temos respostas seguras a essas perguntas. A ausência de vestígios de ocupação hasmonéia no sítio urbano e uma paisagem rural intocada, de fato, reforçam a hipótese que este sítio tenha sido obliterado pelos hasmoneus. Porém, aqui temos que proceder com cuidado, pois a área urbana até agora escavada é minúscula, revelando-nos muito pouco sobre a cidade em si. Além disso, mesmo que o sítio tenha sido arruinado e empobrecido pelos hasmoneus, o problema persiste. Por que, depois de terem destruído a cidade e se apossarem do seu território, os hasmoneus não o ocuparam, colonizaram e desenvolveram? Teriam estes monarcas interferido de forma a desencorajar, limitar ou impedir a ocupação deste território (através, por exemplo, da tributação da população nativa)? Teria sido o território anexado às terras da coroa? Comentamos acima que, em Tel Michal, 3 km ao sul de Apolônia, os hasmoneus construíram um forte. Teria esta fortificação tido uma função defensiva ou servido como posto de “vigilância”? Enfim, qualquer que tenha sido a atuação dos hasmoneus em Apolônia,

ela seguramente não deixou marcas visíveis na paisagem rural, dada a virtual ausência de vestígios de atividade agrícola na *chora* durante todo o período helenístico.

A despeito de todas estas dificuldades e pontos obscuros, gostaríamos de salientar aqui a importância de contextualizar os achados de Apolônia através do uso do método comparativo em um recorte regional. A contextualização e a comparação nos ajudam a elucidar a situação interna do território de Apolônia às vésperas da invasão romana. Embora a planície litorânea da Palestina fosse uma região relativamente homogênea e as comunidades costeiras compartilhassem uma história política comum a partir de 200 a.C., a evolução histórica destas comunidades refletida na paisagem rural nos revela um verdadeiro mosaico em vários sentidos. Às áreas densamente ocupadas e exploradas sucedem-se outras, muito próximas, mal aproveitadas e de ocupação esparsa. Esta heterogeneidade no modelo de assentamento e uso da planície litorânea está, obviamente, intimamente ligada ao tipo de regime econômico vigente nestas comunidades, mas aqui também evidenciamos diversidade e especialização econômica. Das cebolas de Ascalon, aos cereais de Iamnia e Ioppa, e às florestas da região de Apolônia, a planície costeira da Palestina, dos hasmoneus aos romanos, deve ser concebida como um espaço rural descontínuo, economicamente fragmentado, apresentando uma paisagem rural especializada, e dividido em comunidades economicamente tão diversas como culturalmente distintas.

É desnecessário indicar a relevância disso para a história social e econômica da região, que a historiografia frequentemente trata como um todo uniforme (por ex. Tcherikover 1959: 90 ss e Anderson em Levy 1995: 450 ss). Como observa Safrai, o conjunto não se encaixa facilmente em um modelo único de cidade antiga ou de relação entre campo e cidade como sugerem os manuais (Safrai 1994: cap. 1). A contextualização regional, a ampliação do escopo da análise alarga também o nosso horizonte interpretativo e nos permite compreender melhor não só a evolução histórica de Apolônia no contexto regional, mas a complexidade das relações econômicas que possibilitaram a existência de assentamentos de natureza diversa.

Aqui também chama atenção, como já demonstrado em outros estudos e regiões do Mediterrâneo antigo sobre cidade e campo, a importância dos fatores não-econômicos tais como

(58) Sobre o litoral, Estrabão (*Geographia* 16.2.27) fala de aldeias com nomes gregos (Sycaminium, Boukolon, Crocodeilopolis) na costa norte do Sharon, entre Estratão e Ptolemais, que à sua época, “não eram mais do que nomes”. Apesar de Estrabão se referir ao período pós-guerra civil, a observação é interessante porque não sabemos o que desencadeou o declínio destes assentamentos que poderia ser atribuído tanto à conquista romana, como à conquista dos hasmoneus.

a estrutura política interna da comunidade, o papel do estado e o pertencimento a grupos étnicos ou religiosos, como determinantes das formas de organização do território e da paisagem rural e, portanto, dos sistemas econômicos vigentes.

Portanto, o contraste entre Apolônia e as cidades vizinhas nos permite avaliar os efeitos da conquista romana na paisagem rural sob um outro prisma e entender melhor como esta região parece, na realidade, se recuperar com facilidade da devastação causada pela conquista e dominação romana. Desta forma, gostaríamos de sugerir que, no intervalo de 63 a 30 a.C., de Pompeu a Ácio, o impacto da ocupação romana na paisagem local tenha sido relativamente efêmero e a devastação provocada, seletiva, resultante de atividade militar, sem dúvida destrutiva, porém temporária, sem um impacto negativo significativo na *chora* da planície costeira.

A intervenção romana na região, desencadeada pela disputa entre os herdeiros de Alexandre Jamneu, Aristóbolo e Hircano, resultou numa reorganização na estrutura de poder na Judéia. Deste ponto de vista, uma das principais conseqüências foi a amputação do território controlado pelos hasmoneus, que ficou então reduzido à Judéia propriamente dita. A libertação das cidades da planície costeira e da Decápolis deve, sem dúvida, ter sido um duro golpe para a elite dirigente da Judéia, mesmo que alguns, como os antipatridas (e, como eles, certamente outros) tenham sabido tirar proveito da situação. A perda do controle sobre uma vasta extensão de território fértil, especialmente na Decápolis e Samaria, deve ter representado uma catástrofe para uma realza confiante e orgulhosa que, depois de duas décadas de consolidação e estabilidade,⁵⁹ apostou errado e se deparou com um inimigo feroz dentro dos portões. Que essa política foi desastrosa não resta a menor dúvida. Applebaum, por exemplo, refere-se às décadas que se seguiram à conquista romana como “a queda do Reino hasmoneu e a drástica amputação” (1977: 360). Mais tarde, os antipatridas souberam lidar de forma muito mais astuta com os romanos.

(59) E isto, apesar da rivalidade entre Hircano e Aristóbolo, a qual não implicou no enfraquecimento da monarquia nem colocou o reino hasmoneu em risco de desmembramento. Depois de um início difícil, os anos de campanha militar e conquista da Coele Síria, os últimos do reinado de Alexandre Jamneu, foram uma época de estabilidade política interna.

A ocupação romana teria sido também, como vimos acima, desastrosa para as comunidades litorâneas, mesmo aquelas liberadas e reconstruídas por Pompeu e Gabínio, respectivamente. Desde a conquista de Pompeu, o movimento de tropas na costa da Palestina se tornara uma constante (*BJ* 1.172ss.): a campanha de Gabínio contra os partas; a intervenção no Egito; a fatídica expedição de Crasso; os embates entre Pompeu e César e as tropas aquarteladas em Ascalon (*BJ* 1.187); a invasão dos partas em 40 a.C. (*BJ* 1.284ss.) tomando Ioppa (*BJ* 1.286-9); a expulsão dos partas por Ventídio e os antipatridas; e assim por diante. Além disso, a tributação e pilhagem generalizada que financiaram estas campanhas e a captura de prisioneiros de guerra, especialmente judeus, teriam exaurido e empobrecido estas comunidades. Crasso pilhou o tesouro do Templo em Jerusalém (*BJ* 1.172-187). A primeira invasão parta levou Cássio a escravizar 30.000 judeus (id.). Após a morte de Pompeu, Antípatro se aliou a César e “induziu” várias cidades a contribuírem ao esforço de guerra, provavelmente com fundos ou soldados (*BJ* 1.187). Em 43 a.C., para manter o seu exército na guerra contra os triúnviros, Cássio decretou uma devassa sobre toda a região, coletando tributo “de cidade em cidade” – não há porque pensar que as cidades costeiras tivessem sido poupadas (*BJ* 1.215-230). Em 30 a.C. um terremoto atingiu a Judéia, deixando um saldo, segundo Josefo, de 30.000 mortos (*BJ* 1.376ss.), que deve ter tido alguma repercussão na costa. Josefo também relata que algumas cidades costeiras foram destruídas ou severamente abaladas durante este período. Anthedon, “destruída pela guerra”, teve que ser reconstruída de novo e, desta vez, por Herodes (*BJ* 1.421ss.). Estratão, “em ruína”, foi refundada como Cesaréia por este mesmo monarca.

Uma certa estabilidade política retornou à região após Ácio e a ascensão de Herodes. Após a morte de Arquelau, seu herdeiro, em 6 d.C., as cidades da planície litorânea, à exceção de Ioppa, Iamnia e Azotus⁶⁰ provavelmente adquiriram autonomia. A partir daí, a tributação romana

(60) Ioppa foi definitivamente incorporada à Judéia. Iamnia e Azotus foram reorganizadas em uma toparquia que se tornou propriedade de Lúvia Augusta, governada por um procurador especial (*BJ* 2.165).

torna-se o principal motivo de agitação social especialmente na Judéia. O censo de 6 d.C. desencadeou um levante anti-fiscal em larga escala, mas que parece não ter atingido a costa (BJ 2.125). De todo modo, na região litorânea, as primeiras décadas do século I d.C. se caracterizaram pelas tensões crescentes entre a população de fala grega e os judeus, com embates em Cesaréia e outras cidades (BJ 2.264ss.). Estas tensões, resultantes do fardo fiscal, de um deslocamento social crescente e de diferenças culturais culminaram na Revolta de 66 d.C.

Contudo, até o início da Rebelião de 66, os eventos dramáticos desta história turbulenta, que certamente afetaram toda esta região, não deixaram traços no registro arqueológico e na paisagem rural das cidades do litoral, onde, como vimos, se detecta uma tendência contínua de expansão demográfica e da produção, remontando ao período hasmoneu. No caso específico de Apolônia, antes do final do século I d.C., esta tendência está ausente, mas, igualmente, a continuidade do modelo de ocupação do território deste sítio entre o período helenístico e a primeira fase de ocupação romana também não sugere que a intervenção dos romanos tenha tido consequências importantes, pelo menos no tocante à ocupação da zona rural e ao aproveitamento dos recursos naturais. Os dados que analisamos acima não revelam qualquer indício de retração ou expansão econômica ou demográfica decorrentes da conquista romana. Ou seja, não se detecta na paisagem rural deste sítio, com a chegada dos romanos, uma ruptura importante em relação ao período anterior. Na realidade, nem o sítio urbano, nem a paisagem rural revelam uma presença romana significativa antes do final do século I d.C. Em suma, os dados arqueológicos apresentados acima sugerem que os primeiros 150 a 200 anos de domínio romano tiveram impacto mínimo no território de Apolônia.

Não é fácil explicar esta continuidade entre o período hasmoneu e romano com base no material que temos disponível. É possível que, depois de ter sido reconstruída e repovoada por Gabínio, a elite dirigente de Apolônia tenha voltado a praticar o comércio, como em época helenística, interessando-se pouco pela zona rural. Da mesma forma, podemos suspeitar da eficácia da reabilitação deste sítio por Gabínio ou, de acordo com Safrai, imputar o declínio deste sítio, mesmo após a sua restauração, à fundação de Cesaréia. Porém, é

bem provável que a destruição pelos hasmoneus tenha representado um ponto de ruptura importante na história de Apolônia a ponto de ter inibido recuperação da cidade por longo tempo.

A reabilitação da cidade e a ocupação do seu território teriam então se iniciado somente no final do século I e início do século II d.C., o que, em princípio parece um paradoxo. O período foi marcado pelas Rebeliões de 66 e 132, que tiveram efeitos desastrosos para a Judéia e costa litorânea - Ioppa foi atacada várias vezes, saqueada, privada do seu território e destruída pelo menos uma vez e reconstruída (BJ 2.508ss. e 3.442 - reconstruída e demolida de novo pelos romanos?); o território de Cesaréia foi devastado e as aldeias incendiadas (BJ 2.510); Ascalon sitiada várias vezes (BJ 3.9-33); Antípatri e os assentamentos judaicos ao redor foram destruídos e incendiados (BJ 2.510); Iamnia e Azotus foram tomadas e seus habitantes escravizados (BJ 4.133-4); a pirataria tornou a navegação na costa quase impossível (BJ 3.442ss.); e duas legiões aquarteladas em Cesaréia drenavam uma boa parte dos recursos locais. A Revolta de Bar-Kochba não foi menos danosa - Dião fala de 900 aldeias destruídas (Dião 69.13).

Porém, apesar disso, é precisamente neste momento que Apolônia volta a dar sinais de vida e retorna ao registro literário e arqueológico. Como vimos, os indícios de ocupação tanto no sítio urbano como na *chora* se multiplicam a partir desta data. As escavações recentes na área E (Fig.4) sugerem a existência de uma estrutura edificada do final do século I d.C. (e identificada como uma *villa*), destruída e, posteriormente, já no século II d.C., re-construída com uma função comercial ou de armazenamento (Roll 1999: 27-8). No campo, aparecem novos assentamentos e indícios de atividade artesanal.

Assim, ao contrário do que propõem Roll, Ayalon e Safrai (Roll e Ayalon 1990: 192 e Safrai 1994: 23 ss.) as convulsões da Judéia e a repressão romana sugerem uma ligação forte entre a presença militar dos romanos e o "renascimento" de Apolônia no século II d.C. As campanhas e movimentos militares na costa e a necessidade de o estado romano controlar o acesso à Judéia teriam conferido uma importância estratégica crescente a este sítio, seja como base de operações militares,⁶¹ seja

(61) Por exemplo, contra Ioppa, ao sul. Ver BJ 3.442 (Batalha de Ioppa)

como local de produção para suprir o número infindável de generais, soldados, e funcionários romanos com o seu séquito de atendentes⁶² ou o fluxo constante de migrantes, suplicantes, comerciantes, peticionários, etc. que teriam se deslocado para esta região, uma vez passado o pior da guerra. Como em outras regiões do Império, o desenvolvimento de Apolônia pode ter sido estimulado em função da maciça presença militar romana na região após as Rebeliões de 66 e 132 e da importância estratégica que o Oriente passou a assumir na política externa romana a partir dos Antoninos (Millar 1993: 29-111).

Enfim, apesar de preliminares, estas observações mostram um quadro muito mais complexo que leva em consideração as imbricações entre os fortes aspectos culturais da região e o movimento mais amplo da história romana na evolução da história da micro-região do Sharon. Este quadro deve ser levado em conta na continuidade da pesquisa de campo neste sítio orientando a definição de uma estratégia de escavação que permita elucidar as questões suscitadas pelo estado atual das fontes. Da mesma forma, uma prospecção de superfície sistemática e intensiva poderia resultar em um conjunto de dados mais confiáveis e consistentes.

GALVÃO SOBRINHO, C.R.; FLORENZANO, M.B.B. Apollonia and its territory: rural landscape and social change in Palestine from the Hasmonians to the Romans (100 B.C.-135 AD). *Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 12: 81-122, 2002.

ABSTRACT: This paper presents the results of research undertaken by a multidisciplinary team of Brazilian and Israeli archaeologists and historians on the site of ancient Apollonia, Israel. Taking issue with current scholarship on this site, the paper re-interprets the available material and literary evidence; proposes a new and original model of settlement of the micro-region during the late Hellenistic and Roman periods; and reassesses the economic and demographic impact on the Sharon coastal plain of the Roman conquest and occupation of Palestine. Instead of a uniform rural landscape and demographic regime, the *chora* of the Sharon shows discontinuity and fragmentation. The decline of Apollonia in the early Roman period owed less to the destruction caused by the Roman conquest than to the impact of earlier Hasmonian expansion. The development and growth of this site in the second century AD were probably linked to the enhanced Roman presence following the Jewish Revolts of 66 and 132 AD.

KEYWORDS: Apollonia – Roman Palestine – Palestine landscape – Archaeological survey – Archaeology in Israel.

(62) Josefo comenta que parte do exército de Vespasiano foi deslocada para Scythopolis para não onerar a região de Cesaréia (*BJ* 3.442s.).

Referências bibliográficas

- AAVV.
1998 *Excavations and Surveys in Israel*. English Edition of Hadashot Arkheologiyot. Jerusalem, Israel Antiquities Authority, 17.
- ALCOCK, S.
1993 *Graecia Capta. The Landscapes of Roman Greece*. Cambridge.
- ALON, G.
1980-4 *The Jews in their Land in the Talmudic Age*. Jerusalem.
- APPLEBAUM, S.
1974-6 Economic Life in Palestine. S. Safrai; M. Stern (Eds.) *The Jewish People in the First Century*. Assen: Van Gorcum.
1977 Judaea as a Roman Province. The Countryside as a Political and Economic Factor. *ANRW*, 2.8: 355.
1986 The Settlement Pattern of Western Samaria from Hellenistic to Byzantine Times: a Historical Commentary. S. Dar (Ed.) *Landscape and Pattern. An Archaeological Survey of Samaria. 800 BCE - 636 CE*. Oxford, BAR International Series, 308 (i): 257-269.
- ARTHUR, P.; OREN, E.
1998 The North Sinai survey and the evidence of transport amphorae for Roman and Byzantine trading patterns. *JRA*, 11: 193-212.
- AVI-YONAH, M.
1977 *The Holy Land*. Grand Rapids.
- BARKER, G.; LLOYD, J.
1991 *Roman Landscapes. Archaeological Survey in the Mediterranean Region*. Archaeological Monographs of the British School at Rome, 2. (ver em especial a introdução metodológica de Barker)
- BEN-TOR, A.
1985 The Regional Study – A New Approach to Archaeological Investigation: Yoqne'am Regional Project. Looks beyond the Tell. *Biblical Archaeological Review*, 6: 30-44.
- BINTLIFF, J.
1994 The History of the Greek Countryside: As the Wave Breaks, Prospects for Future Research. P. N. Doukellis e L. G. Mendoni (Eds.) *Structures rurales et sociétés antiques, Actes du colloque de Corfou (14-16 mai 1992)*. Paris: 13 ss.
- CLERMONT-GANNEAU, C.
1896 *Archaeological Researches in Palestine during the years 1873- 1874*. Londres.
- CONDER, C.R.; KITCHENER, H.H.
1881-3 *The Survey of Western Palestine, I-III, Samaria*. Londres.
- CULLMAN, O.
1970 *Jésus et les revolutionnaires de son temps*. Paris.
- DAR, S. (Ed.)
1986 *Landscape and Pattern. An Archaeological Survey of Samaria. 800 BCE - 636 CE*. Oxford, BAR International Series, 308 (i).
1991-2 Review Article: Man makes his Landscape. *Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*, 11: 22-29.
- DAUPHIN, C.; GIBSON, S.
1992-3 Ancient Settlements in their landscapes: the Results of Ten Years Survey on the Golan Heights (1978-1988). *Bulletin of the Anglo-Israel Archaeological Society*, 12: 7-31.
- DERFLER, S.
1989 Roman fortress (Stratum II). Z. Herzog et alii (Eds.) *Excavations at Tel Michal, Israel*. Tel Aviv University, Publications of the Institute of Archaeology, no.8: 188-194.
- ECK, W.
1999 The Bar Kokhba Revolt: The Roman Point of View. *JRS*, 89: 76-89.
- EVERMAN, D.
1992 Survey of the coastal area north of Caesarea and of the Aqueducts: preliminary report. R.L. Vann (Ed.) *Caesarea Papers. JRA*, Suppl., 5: 181-193.
- FIENSY, D.A.
1991 *The Social History of Palestine in the Herodian Period: The Land is Mine*. Lewinston, E. Mellen Press.
- FISCHER, M.; TAL, O.
1996 Two ceramic assemblages from Hellenistic Apollonia. *Tel Aviv*, 23: 213-234.
1999 The Hellenistic Period. I. Roll; O. Tal (Eds.) *Apollonia-Arsuf. Final Reports of the Excavations. Vol I: The Persian and Hellenistic periods*. Tel Aviv, Institute of Archaeology, TAU: 223-251.
- GIBSON, S. et alii
1991 The Sataf project of landscape archaeology in the Judean Hills: a preliminary report on four seasons of survey and excavation (1987-1989). *Levant*, 23: 29-54.
- GIBSON, S. et alii
1999 Town and Country in the Southern Carmel: Report on the Landscape Archaeology Project at Dor (LAPD). *Levant*, 31: 71-122.
- GIBSON, S.; EDELSTEIN, G.
1985 Investigating Jerusalem's rural landscape. *Levant*, 17: 139-155.
- GOODMAN, M.
1987 *The Ruling Class of Judaea. The Origins of the Jewish Revolt against Rome, A.D. 66-70*. Cambridge. (trad. Brasileira: R.J. Imago, 1994)
- GOPHNA, R.
1978 Archaeological Survey of the Coastal Plain, 1977. Preliminary Report. *Tel Aviv*, 5: 1-12.
- GOPHNA, R.; AYALON, E.
1989 History of Settlement at the Tel Michal Region. Z. Herzog et alii (Eds.) *Excavations at Tel*

- 1998 *Michal, Israel*. Tel Aviv University, Publications of the Institute of Archaeology, no. 8: 16-28.
- 1998 *Archaeological Survey of Israel. Map of Herzliyya (69)*. Jerusalem, Israel Antiquities Authority.
- GRUEN, E.R.
1984 *The Hellenistic World and the Coming of Rome*. Berkeley.
- GUÉRIN, V.
1875 *Description géographique, historique et archéologique de la Palestine, Samarie, II*. Paris.
- HERZOG, Z.
1989 Hellenistic Stratigraphy and Architecture (Strata V-III). Z. Herzog et alii (Eds.) *Excavations at Tel Michal, Israel*. Tel Aviv University, Publications of the Institute of Archaeology, no. 8: 165-168.
- HERZOG, Z.; RAPP, G.; NEGBI, O. et alii (Eds.)
1989 *Excavations at Tel Michal, Israel*. Tel Aviv University, Publications of the Institute of Archaeology, no. 8.
- HODGES, R. et alii
1997 Late-antique and Byzantine Butrint: interim report on the port and its hinterland (1994-95). *JRA*, 10: 207-234.
- HOLUM, K. et alii
1988 *King Herod's Dream. Caesarea on the Sea*. New York.
- HORSLEY, R.
1998 *Jesus and the Spiral of Violence. Popular Jewish Resistance in Roman Palestine*. Minneapolis, Fortress Press.
- HORSLEY, R.; HANSON, J.S.
1999 *Bandits, Prophets, and Messiahs: Popular Movements in the Time of Jesus*. Harrisburg (Pennsylvania), Trinity Press.
- ISAAC, B.
1992 *The Limits of Empire. The Roman Army in the East*. Oxford.
- JAMESON, M.
1994 Class in the ancient Greek countryside. P. Doukellis e L. Mendoni (Eds.) *Structures rurales e sociétés antiques, Actes du colloque de Corfou (14-16 mai 1992)*. Paris.
- JONES, A.H.M.
1998 *Cities of the Eastern Roman Provinces*. Oxford (1937).
- KARMON, N.
1999 Muricid shells of the Persian and Hellenistic periods. I. Roll; O. Tal (Eds.) *Apollonia-Arsuf. Final Reports of the Excavations. Vol 1: The Persian and Hellenistic periods*. Tel Aviv, Institute of Archaeology, TAU: 269-283.
- KASCHER, A. et alii (Eds.)
1990 *Greece and Rome in Eretz Israel*. Jerusalem: The Israel Exploration Society.
- KINGSLEY, S.
2001 The Economic Impact of the Palestinian Wine Trade in Late Antiquity. S. Kingsley and M. Decker (Eds.) *Economy and exchange in the East Mediterranean during late antiquity: Proceedings of a conference at Somerville College-Oxford (29th May, 1999)*. Oxford.
- KOCHAVI, M. (Ed.)
1972 *Judaea, Samaria and the Golan. Archaeological survey 1967-1968*. Jerusalem, The Archaeological survey of Israel.
- KOCHAVI, M.
1989 The Land of Geshur Project: Regional Archaeology of the Southern Golan (1987-1988 Seasons). *IEJ*, 39: 1-17.
- LEMONON, J.-P.
1981 *Pilate et le gouvernement de la Judée*. Paris.
- LEVY, T.E. (Ed.)
1995 *The Archaeology of Society in the Holy Land*. N. York, Facts on File. Em especial: Levy, T.; Holl, A. Social Change and the Archaeology of the Holy Land: 2-8. Stern, E. Between Persia and Greece: Trade, Administration and Warfare in the Persian and Hellenistic Periods: 432-445. Anderson, J. The impact of Rome in the Periphery: the case of Palestina - Roman Period (63 BCE-324 CE): 446-469. Patrich, J. Church, State and the Transformation of Palestine. The Byzantine Period (324-640 CE): 470-487.
- LIPHSCITZ, N.
1999 Botanical remains of the Persian and Hellenistic Periods. I. Roll; O. Tal (Eds.) *Apollonia-Arsuf. Final Reports of the Excavations. Vol 1: The Persian and Hellenistic periods*. Tel Aviv, Institute of Archaeology, TAU: 281-283.
- LLOYD, J.
1991 Forms of Rural Settlement in the Early Roman Empire. G. Barker; J. Lloyd (Eds.) *Roman Landscapes. Archaeological Survey in the Mediterranean Region*. Archaeological Monographs of the British School at Rome, 2: 233-240.
- MILLAR, F.
1993 *Roman Near East 31 BC-AD 337*. Cambridge.
- MESHORER, Y.
1985 *City coins of Eretz-Israel and the Decapolis in the Roman period*. Jerusalem, Israel Museum.
- PORATH, Y.; LEVY, Y.
1993 Mughar el -Sharaf: a Cemetery of Roman and Byzantine periods in the Sharon. *'Atiqot*, XXII: 29-42.
- RAINEY, A.
1989 The Sharon Coastal Plain: Historical Geography. Z. Herzog et alii (Eds.) *Excavations at Tel Michal, Israel*. Tel Aviv University, Publications of the Institute of Archaeology, no. 8: 10-15.
- RHOADS, D.M.
1976 *Israel in Revolution: 6-74 CE. A political history based on the writings of Josephus*. Philadelphia.

- ROLL, I.
 1983 The Roman Road System in Judaea. *The Jerusalem Cathedra*, 3: 136-161.
 1996 Roman Roads to Caesarea Maritima. A. Raban; K. Holum (Eds.) *Caesarea Maritima. A Retrospective after Two Millennia*. Leiden.
 1999 The roads in Roman-Byzantine Palestina and Arabia. M. Piccirillo; E. Alliata (Eds.) *The Madaba Map Centenary. Proceedings of the International Conference held in Amman, 7-9 april, 1997*. Jerusalem: 108-113.
- ROLL, I.; AYALON, R.
 1981 Two large wine presses in the red soil regions of Israel. *PEQ*, 113: 111-125.
 1988 Models of Settlement in Southern Sharon in Ancient Times. *Ariel*, 55-56: 38-43.
 1989 *Apollonia and Southern Sharon: Model of a coastal city and its Hinterland*. Tel Aviv.
 1990 Economic and Settlement Growth in Southern Sharon in the Roman Period. A. Degani *et alii* *Ha Sharon between Yarkon and Karmel*. Tel Aviv: 191-200.
- ROLL, I.; TAL, O. (Eds.)
 1999 *Apollonia-Arsuf. Final Reports of the Excavations. Vol I: The Persian and Hellenistic periods*. Tel Aviv, Institute of Archaeology, TAU. (Especialmente Roll, I. Introduction: History of the site, its research and excavations: 1-62).
- ROLLER, D.
 1981-2 The Wilfried Laurier University Survey of Northeastern Caesarea Maritima. *Levant*, 13-14: 90-103.
- SADE, M.
 1999 Faunal remains of the persian and hellenistic periods. I. Roll e O. Tal *Apollonia-Arsuf. Final Reports of the Excavations. Vol I: The Persian and Hellenistic periods*. Tel Aviv, Institute of Archaeology, TAU: 262-268.
- SAFRAI, Z.
 1994 *The Economy of Roman Palestine*. London: Routledge.
- SAFRAI, Z.; STERN, M. (Eds.)
 1974-6 *The Jewish People in the First Century*. Assen.
- SCHWARTZ, S.
 2001 *Imperialism and Jewish Society, 200 B.C.E. to 640 C.E.* Princeton: Princeton University Press.
- SHERWIN-WHITE, A.N.
 1984 *Roman Foreign Policy in the East: 168 B.C. to A.D. 1*. Londres.
- SMALLWOOD, E.M.
 1976 *The Jews under Roman Rule*. Leiden.
- SNODGRASS, A.
 1987 *An Archaeology of Greece. The Present State and Future Scope of a Discipline*. Berkeley.
- SPERBER, D.
 1978 *Roman Palestine, 200-400. The Land*. Ramat Gan: Bar-Ilan University.
- 1998 *The City in Roman Palestine*. Oxford.
- STERN, E.
 1993 *New Encyclopedia of Archaeological Excavations in the Holy Land. (NEAEHL)* 4 vols. Jerusalem, The Israel Exploration Society. Verbetes:
 Roll, I. Apollonia, vol 1:72-75.
 Kochavi, M. Aphek-Antipatris, vol 1: 62-72.
 Aviam, M. Galilee, vol 3: 453-458.
 Ma'oz, Z. Golan, vol 3: 534-538.
 Ofer, A. Judaeen Hills, vol 3: 814-816.
 Negev, A. Negev, vol 3: 1133-1135.
 Mazar, A. Tel Qasile, vol 4:1204-1212.
 Ronen, A. Sharon Plain, vol 4: 1344-1345.
 Gophna, R. Nahal Poleg, vol 4: 1193-1195.
 Herzog, Z. Tel Michal, vol 3: 1036-1040.
- 2000 *Dor, ruler of the Seas. Nineteen years of excavations at the Israelite-Phoenician Harbor town on the Carmel Coast*. Jerusalem, Israel Exploration Society.
- TAL, O.
 1995 Roman and Byzantine Cemeteries and Tombs around Apollonia. *Tel Aviv*, 22: 107-120.
 1996 Salvage Excavations at Herzliyya Beth. *Tel Aviv*, 26: 235-243.
 1999 Historic and Archaeological Conclusions. I. Roll; O. Tal (Eds.) *Apollonia-Arsuf. Final Reports of the Excavations. Vol I: The Persian and Hellenistic periods*. Tel Aviv, Institute of Archaeology, TAU: 251 – 261.
- TCHERIKOVER, V.
 1959 *Hellenistic Civilization and the Jews*. Philadelphia.
- URMAN, D.
 1985 *The Golan: A profile of a region during the Roman and Byzantine periods*. Oxford (BAR Int. series, 269).
- VALLAT, J.P.
 1991 Survey Archaeology and Rural History – A Difficult but Productive Relationship. G. Barker; J. Lloyd (Eds.) *Roman Landscapes. Archaeological Survey in the Mediterranean Region*. Archaeological Monographs of the British School at Rome, 2: 10-18.
- VERMES, G.; MILLAR, F. (Eds.) de
 1973 A. Schürer *History of the Jewish People in the Age of Jesus Christ (175 BC-AD 135)*, vols I e II, Edimburgo (1903).
 1979
- VERMES, G.; MILLAR, F.; GOODMAN, M. (Eds.) de
 1986 A. Schürer *History of the Jewish People in the Age of Jesus Christ (175 BC-AD 135)*, vol.III, Edimburgo (1903).
 1987
- YEIVIN, S.
 1951 Archaeological News: Arsuf (Apollonia). *AJA*, 55: 86-87.

Recebido para publicação em 20 de dezembro de 2002.